

RELATÓRIO DE PESQUISA

CADEIA DE VALOR INCLUSIVA E MICROEMPREENDEDORES RIBEIRINHOS: O CASO DA RESERVA DO RIO NEGRO

SILVIA MARINA PINHEIRO

TANIA MARIA VIDIGAL LIMEIRA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SÃO PAULO

DEZEMBRO 2015

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível com a colaboração das pessoas e organizações mencionadas a seguir.

Do Instituto de Cidadania Empresarial, a diretora Célia Cruz e a coordenadora Flávia Mange, que ofereceram suporte financeiro e operacional, acreditando, mais uma vez, em nossa capacidade de trabalho.

Virgílio Viana, Superintendente da Fundação Amazonas Sustentável, que abriu as portas da Fundação para nos receber com carinho e atenção.

Marilson Rodrigo da Silva, coordenador do Projeto Manejar para Conservar, que com sua competência e experiência desfez os nós que dificultavam cada passo da nossa jornada.

Emily Vinhote, Engenheiro Florestal do IDAM, que gentilmente respondeu às nossas perguntas e dúvidas.

José Roberto Nascimento, Presidente da Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro – ACS Rio Negro, que prontamente respondeu às nossas indagações.

A família Garrido, que nos recebeu e hospedou com carinho e muitas gentilezas.

Os 27 microempreendedores florestais das comunidades da Reserva do Rio Negro, que com bravura, esperança, otimismo e dignidade nos proporcionaram valiosas lições de vida.

A todos o nosso agradecimento.

Silvia Maria Pinheiro

Professora e Pesquisadora da FGV-Direito Rio

Tania M. Vidigal Limeira

Professora e Pesquisadora da FGV-EAESP

São Paulo – SP

Dezembro 2015

RESUMO

Este relatório apresenta a pesquisa qualitativa Cadeia de Valor Inclusiva e Microempreendedores Ribeirinhos: O Caso da Reserva do Rio Negro. O objetivo da pesquisa foi descrever e analisar a implementação e os resultados dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (PMFSPE) e do Projeto Manejar para Conservar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, na perspectiva das comunidades beneficiadas e dos gestores, bem como elaborar recomendações para o fortalecimento dos empreendimentos comunitários e a melhoria das condições de vida dos microempreendedores. As entrevistas com os manejadores e os gestores, bem como o estudo sobre os Planos de Manejo no Amazonas, somados a exemplos internacionais, como os Planos de Manejo na Guatemala, permitem dizer que esta é uma experiência de inovação social em países em desenvolvimento, que possibilita a produção contínua da madeira, ao mesmo tempo que conserva a biodiversidade da floresta. A inserção do microempreendedor florestal na cadeia de produtos madeireiros legalizados decorre da escassez de matérias-primas para garantir a continuidade das atividades econômicas das empresas, que utilizam estas matérias-primas em seus produtos. As opiniões da maioria dos ribeirinhos, levantadas durante as entrevistas e os grupos de conversa, apontam claramente para uma consciência ambiental elevada sobre a importância da conservação da Reserva em que habitam. Eles se comportam como guardiões da floresta e microempreendedores florestais, exercendo um papel de preservação e fiscalização. Conscientes da mudança do seu papel, eles demandam maiores incentivos e investimentos de longo prazo por parte de seus parceiros dos setores privado e governamental para que permaneçam exercendo seu papel com segurança e dignidade.

ABSTRACT

This report presents the research “Inclusive Value Chain and Forest Microentrepreneurs: Rio Negro Reserve Case”, which took place in the Amazon State, from september to december 2015. The research aimed at the analysis of the implementation and the results of the Small-Scale Sustainable Forest Management Plans in the Amazon State and the Project “Manejar para Conservar”, coordinated by the Sustainable Amazon Foundation – FAS. The research methodology was based on interviews with forest microentrepreneurs, forest engineers from IDAM and FAS, and residents who were not involved in wood activities. The sustainable forest management policies in Brazil and Guatemala were briefly compared. Both experiences and local interviews pointed out to social innovation as a result, as well as socioeconomic inclusion and environmental service provision. There are still obstacles to implementation effectiveness and to income generation but, at the same time, real benefits were achieved, as social empowerment, environmental consciousness, and strengthening citizenship. Forest microentrepreneurs are aware of their role as forest guardians and the importance of preservation for their lives and for the planet. According to that, they are demanding investments and incentives in the long run through partnerships with public and private sectors in order to properly compensate the environmental services they provide by reducing deforestation.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Finalizado, em dezembro de 2014, o relatório da pesquisa Cadeias de Valor Inclusivas, Compras Institucionais e Oportunidades para Empreendimentos Sociais, em que foram analisadas as iniciativas de responsabilidade social corporativa e inclusão produtiva da Coca-Cola e do Instituto Camargo Correa, revelou a importância de ouvir dos microempreendedores ribeirinhos as suas impressões e perspectivas sobre o projeto Manejar para Conservar e os Planos de Manejo Florestal.

Dando continuidade àquele estudo, e novamente com o apoio do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), foi elaborada esta pesquisa qualitativa sobre os resultados dos planos de manejo e do projeto Manejar para Conservar para os microempreendedores ribeirinhos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no Estado do Amazonas, implementados com o apoio da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), do Instituto Camargo Correa (ICC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O foco nos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (PMFSPE) e no Projeto Manejar para Conservar deve-se à sua dupla função de preservação da floresta e inclusão socioprodutiva dos ribeirinhos, e à relevância das parcerias institucionais entre diversos agentes: instituto empresarial na área da responsabilidade social; ONG voltada a preservação do meio ambiente; órgãos do poder público; e empreendedores e representantes das associações das comunidades da Reserva do Rio Negro, no Estado do Amazonas.

Nas conclusões do primeiro relatório, foram destacados os seguintes desafios para as empresas: necessidade de adaptação e de flexibilização em seus processos de suprimentos, visando ajuste de normas, critérios e escala à realidade dos pequenos produtores e empreendedores ribeirinhos; qualificação dos empreendedores, apoiando-os em seu desenvolvimento técnico e produtivo; articulação com organizações governamentais e não governamentais para suprirem as cadeias produtivas com recursos tangíveis e intangíveis; aprimoramento das políticas públicas; potencialização de negócios sociais com base na escalabilidade e sustentabilidade; e mudanças estratégicas em direção ao modelo de negócio sustentável. Além das referidas recomendações, outras de natureza mais específicas foram detectadas e alinhadas no primeiro relatório.

Na presente pesquisa, as entrevistas com os manejadores e os gestores, bem como o estudo sobre a implementação e os resultados dos planos de manejo de pequena escala no Amazonas, somados a exemplos internacionais, como os planos de manejo na Guatemala, permitem afirmar que esta é uma experiência de inovação social em países em desenvolvimento, que possibilita a produção contínua da madeira, a geração de renda para os microempreendedores florestais e, ao mesmo tempo, a conservação da biodiversidade da floresta.

Os dados da pesquisa indicam que a iniciativa de inclusão socioprodutiva da população da Reserva do Rio Negro, como foco do Projeto Manejar para Conservar, trouxe valor agregado às empresas, às instituições acadêmicas e aos agentes privados envolvidos na sua implantação. Outro resultado dos Planos e do Projeto, segundo dados divulgados pela FAS, foi a redução do desmatamento e a preservação da floresta na RDS do Rio Negro.

As opiniões da maioria dos ribeirinhos, levantadas durante as entrevistas e os grupos de conversa, apontam claramente para uma consciência ambiental sobre a importância da conservação da área florestal na Reserva em que habitam. Eles se comportam como guardiões da floresta, exercendo um papel de preservação e fiscalização. Os microempreendedores florestais estão, em sua grande maioria, conscientes da mudança do seu papel, e, para isso, demandam maiores incentivos e investimentos de longo prazo de seus parceiros privados e governamentais, para que permaneçam exercendo o seu papel com segurança e dignidade. A maioria dos microempreendedores entrevistados identifica a FAS, o ICC e o BNDES como parceiros fundamentais, pelos benefícios tangíveis e intangíveis a eles proporcionados.

Além disso, o Projeto Manejar para Conservar, implementado como parte integrante dos Planos de Manejo de Pequena Escala na RDS do Rio Negro, gerou renda complementar e cidadania para as famílias, que se veem no papel de conservação da floresta, quando até então se sentiam excluídos socialmente. Hoje, eles conseguem imaginar um cenário positivo para o futuro e muitos enxergam possibilidades concretas de inserção nas cadeias de valor de móveis, da construção civil e de serviços ambientais, preservando o ecossistema. Também visualizam a possibilidade de serem fornecedores dos governos municipal e estadual em produtos derivados da madeira.

Para tanto, necessitam alcançar melhoria em produtividade e em escala nos produtos derivados da madeira de baixo valor agregado, para serem competitivos e atenderem à demanda dos compradores. Outra alternativa é o mercado de produtos de maior valor agregado, o que exigirá maior qualificação dos manejadores e maior investimento em equipamentos, técnicas produtivas e logística. Para ambas as estratégias de negócios, os investimentos terão de vir de parcerias com os governos, as empresas e as organizações não governamentais, que são plenamente compensados pelos serviços ambientais prestados pelos manejadores.

Também é fator crítico o apoio dos órgãos governamentais que implementam as políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, sendo que a maior demanda dos manejadores é o aumento dos recursos humanos qualificados nos órgãos de apoio do governo do Estado, para desburocratizar os serviços públicos e agilizar a entrega de documentos e licenças, a elaboração de planos de gestão, a aprovação dos planos de manejo e outros serviços de que necessitam, como a regularização fundiária, que avançou muito nos últimos anos. Apesar das melhorias percebidas com os programas de capacitação, geração de renda e regularização de suas propriedades, as suas demandas por melhores serviços de educação e saúde são persistentes, pois impactam diretamente na qualidade de vida desta população.

Nesse sentido, o suporte da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) tem sido de fundamental importância para a implantação de projetos socioprodutivos, na construção de parcerias e na obtenção de apoio financeiro público e privado para investimentos intensivos em logística, equipamentos, técnicas produtivas, tecnologias de informação (como o acesso a internet) e capacitação em gestão e comercialização. Também é de significativa importância o apoio das empresas e fundações empresariais, que além de recursos para projetos, podem viabilizar a inserção dos microempreendedores nas suas cadeias produtivas, o que requer flexibilização em suas estratégias e processos de suprimentos e logística.

Adicionalmente, constatou-se que os planos de manejo de pequena escala são um forte instrumento de incentivo à permanência das famílias nas Reservas, contribuindo para as metas de REDD+, que incluem redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal, bem como a conservação, o manejo florestal sustentável e o aumento de estoques de carbono. As certificações por toneladas de Co2 por desmatamento evitado podem ser fonte de renda importante para a manutenção das Reservas, fortalecendo as atuais políticas públicas que protegem as populações e as riquezas naturais nas Unidades de Conservação.

Quanto às compras de madeira dos Planos de Manejo pelo governo e empresas contratadas em obras públicas, na fase atual de implantação da política de manejo florestal de pequena escala, é um incentivo à inclusão do microempreendedor da floresta na economia da região e do Estado. Os projetos de incentivo ao manejo de pequena escala podem ser apoiados via Termos de Ajustes de Conduta aplicados às empresas em decorrência de passivos ambientais de obras, existindo, no entanto, outros caminhos no campo das licitações e compras do governo. A Lei 8.666/1993, que regula licitações públicas, abre algumas possibilidades para utilização da madeira de manejo na construção de obras públicas, a saber: margens de preferência às empresas nacionais; inclusão nos editais de medidas de compensação e critérios de desempate direcionados à compra de madeira dos Planos de Manejo.

Entre as recomendações para a superação dos desafios da sustentabilidade dos microempreendedores em Unidades de Conservação, indicados no primeiro relatório - "Cadeias de Valor Inclusivas, Compras Institucionais e Oportunidades para Empreendimentos Sociais"- , destacam-se as seguintes, também observadas na presente pesquisa:

- Enumeração e análise das fontes de financiamento nacionais e internacionais, modelos reembolsáveis ou não, voltados especificamente para a região da Amazônia e o pequeno empreendedor, manejador, extrator e prestador de serviços ambientais;
- Incentivo aos estudos de novas formas de associativismo e formalização do pequeno empreendedor da floresta;
- Mecanismos de crédito aos microempreendedores e associações comunitárias, relacionados a programas de educação financeira voltados para a população local;
- Qualificação dos pequenos empreendedores e das comunidades produtoras, apoiando-os em seu desenvolvimento técnico e produtivo, numa perspectiva de médio e longo prazos;
- Articulação com organizações governamentais e não governamentais para suprirem as cadeias produtivas com outros recursos tangíveis e intangíveis, como políticas, legislação e recursos técnicos, financeiros e humanos;
- Adoção de uma perspectiva de médio e longo prazos por parte das empresas e agentes envolvidos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
I. OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	9
II. CONTEXTO.....	10
III. CADEIA DE VALOR INCLUSIVA NA AMAZÔNIA: DESAFIOS.....	13
IV. PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DE PEQUENA ESCALA.....	20
V. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO.....	26
VI. PROJETO MANEJAR PARA CONSERVAR NA RDS DO RIO NEGRO.....	31
VII. A PERSPECTIVA DOS MANEJADORES E DOS GESTORES.....	35
VIII. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	43
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE.....	51

INTRODUÇÃO

Finalizada, em dezembro de 2014, a pesquisa Cadeias de Valor Inclusivas, Compras Institucionais e Oportunidades para Empreendimentos Sociais, em que foram analisadas as iniciativas da Coca-Cola e do Instituto Camargo Correa, ficou latente a importância de ouvir dos microempreendedores ribeirinhos as suas impressões, sugestões e perspectivas sobre os referidos projetos de inclusão em cadeias produtivas no Estado do Amazonas. Com o apoio do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), foi elaborada esta pesquisa qualitativa sobre a implementação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (PMFSPE) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no Estado do Amazonas, com o apoio do Projeto Manejar para Conservar, gerido pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e apoiado pelo Instituto Camargo Correa (ICC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No primeiro relatório sobre os projetos da Coca - Cola e do Instituto Camargo Correa (ICC), foram entrevistados os interlocutores das empresas nas áreas de negócios sociais e responsabilidade social corporativa, além da análise de dados de fontes secundárias, que permitiram contextualizar as cadeias da sociobiodiversidade, envolvendo as cadeias de valor do açaí e da madeira. As entrevistas permitiram que fossem apuradas as estratégias e diretrizes que justificaram as iniciativas de produção do suco Reserva Banana-Açaí pela Coca-Cola e do Projeto Manejar para Conservar, apoiado pelo Instituto Camargo Correa. A pesquisa junto às fontes secundárias permitiu uma imersão nos resultados dos fóruns internacionais sobre negócios inclusivos, negociações no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, além das políticas públicas que internalizaram tais princípios no marco normativo doméstico.

Nas conclusões do primeiro relatório, foram destacados os seguintes desafios para as empresas: necessidade de adaptação e de flexibilização em seus processos de suprimentos, visando ajuste de normas, escala de compras e critérios de decisão de fornecedores à realidade dos pequenos produtores rurais e dos microempreendedores ribeirinhos; qualificação dos microempreendedores, apoiando-os em seu desenvolvimento técnico e produtivo; articulação com organizações governamentais e não governamentais para suprirem os produtores com recursos tangíveis e intangíveis; aprimoramento das políticas públicas; potencialização de negócios sociais que seguem os princípios da sustentabilidade; e mudanças estratégicas em direção ao modelo de negócio sustentável.

Ouvir os microempreendedores envolvidos seria, então, o caminho natural para levantar os desafios de sua inserção em cadeias produtivas na Amazônia. O foco nos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (PMFSPE) e no Projeto Manejar para Conservar deve-se à dupla função de preservação da floresta e empoderamento dos ribeirinhos, além das parcerias para a operação dos planos de manejo entre distintos agentes: instituto empresarial na área da responsabilidade social, ONG voltada a preservação do meio ambiente, órgãos do poder público, microempreendedores e representantes das associações das comunidades da Reserva do Rio Negro.

Diegues e Arruda (2001) definem os ribeirinhos como parte das populações tradicionais que vivem na Amazônia, ou seja, grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Entre estas populações, os autores destacam o caboclo ribeirinho amazônico, que vive à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas, vivendo da pesca de pequena escala e da agricultura de subsistência (mandioca, milho e arroz) e do extrativismo vegetal (castanha-do-pará, açaí e palmito). A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais e das épocas de reprodução das espécies, mas também a utilização de um calendário complexo, dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas.¹

As entrevistas com os manejadores e os gestores e o estudo da implementação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala na Amazônia, somados com exemplos internacionais, como os Planos de Manejo na Guatemala, permitem dizer que esta é uma experiência de inovação social. Os planos de manejo florestal de pequena escala combinam iniciativas voltadas para a preservação das florestas, geração de renda e incremento da dignidade e do bem-estar humanos, envolvendo recursos humanos qualificados e tecnologia socioambiental avançada. Esta técnica, bastante utilizada em países desenvolvidos e em desenvolvimento, garante a produção contínua da madeira, ao mesmo tempo que conserva a biodiversidade da floresta.

¹ DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.V. (orgs). Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo: NUPAUB-USP e MMA, 2001

As florestas têm um papel crucial na sobrevivência das populações tradicionais, que dependem, completamente ou em parte, dos recursos florestais para suprirem sua alimentação, construção, combustível, remédio, mobilidade, insumos, entre outros recursos. É bastante improvável que a conservação da floresta possa acontecer sem envolver a população local, potencializando os negócios e os serviços dos comunitários. Deste modo, no século XXI, o debate sobre o manejo florestal se intensifica a respeito de três objetivos, a princípio contraditórios: conservar a floresta, suprir a crescente demanda do mercado de matérias primas e promover o desenvolvimento sustentável.² Nas palavras dos microempreendedores ribeirinhos, o Projeto Manejar para Conservar os apoia na transição da condição de serrador para a de manejador, ou de madeireiro ilegal para a de empreendedor.

A regulamentação que criou o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil prevê a existência das comunidades ribeirinhas e reservas indígenas nas florestas brasileiras, vivendo da pesca, da extração da madeira e da agricultura para subsistência. Assim, foram criados tipos variados de Reservas, sendo permitidas, em algumas delas, as atividades econômicas de manejo. A integridade das Unidades de Conservação (UCs) depende da regularização fundiária e da promoção de meio de vida digno aos moradores, para que se mantenham em seus locais de origem. A implementação do SNUC, em um primeiro momento, cerceou o ribeirinho no exercício de suas atividades de sustento, tornando urgente o fomento à extração e ao cultivo com base no manejo, incentivando a permanência do caboclo na Reserva e a preservação do meio ambiente.

A valorização do microempreendedor ribeirinho vincula-se à importância das florestas para a preservação dos recursos hídricos, comprovada cientificamente e destacada no primeiro relatório. A inserção do microempreendedor florestal nas cadeias produtivas decorre da escassez de matérias-primas para garantir a continuidade das atividades econômicas dos grupos empresariais, que utilizam estas matérias-primas em seus produtos. A título de ilustração, em recente reunião, no âmbito do Conselho Latino Americano de Conservação, com empresários do setor, no mês de novembro de 2015 em Brasília, o debate centrou-se nos “locais que deveriam ser conservados para garantir o abastecimento confiável de água, em florestas mistas ou não, e quanta água seria obtida em cada dólar gasto em conservação.”³

Para os grupos empresariais e os governos, não restam dúvidas de que a preservação dos recursos hídricos relaciona-se à floresta. No entanto, é fundamental destacar que os recursos financeiros destinados para conservação não são despesas, mas investimentos socioambientais, que são direcionados para a capacitação e a valorização dos prestadores de serviços ambientais – os ribeirinhos e outros nativos -, visando a sustentabilidade da floresta, que é necessária à viabilidade dos negócios empresariais e ao bem-estar das populações.

A presente pesquisa qualitativa trata da implementação e dos resultados dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (PMFSPE), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro. Em sua primeira parte, apresenta o contexto internacional e nacional em que se inserem os planos de manejo, para focar, na segunda parte, o processo de inserção dos micro e pequenos empreendimentos nas cadeias de valor. Na terceira parte, discutem-se as características dos planos de manejo de pequena escala e os desafios para os microempreendedores da Amazônia. Em seguida, apresentam-se as características demográficas e econômicas da RDS do Rio Negro e os modos de vida da população residente. Na quinta parte, discute-se a implementação do Projeto Manejar para Conservar, seguida da apresentação da perspectiva dos manejadores e dos gestores sobre os Planos de Manejo e o referido Projeto. Finalizando, são apresentadas as considerações e as recomendações. Nas considerações finais, são confrontadas as conclusões do primeiro relatório com as sugestões do público entrevistado e as recomendações dos pesquisadores, onde se verificam as visões em comum e os desafios para os agentes envolvidos nos planos de manejo e projetos de apoio.

² SCHERR, Sara ; WHITE, Andy ; KAIMOWITZ, David Kaimowitz. A new agenda for forest conservation and poverty reduction: making forest markets work for low-income producers. Washington, D.C : Forest Trends, 2004

³ VALOR ECONÔMICO. “Grupo de CEOs globais se reúne no país para debater segurança hídrica”, 13.11.2015. Em <http://www.valor.com.br/brasil/4314586/grupo-de-ceos-globais-se-reune-no-pais>

I. OBJETIVOS E METODOLOGIA

A presente pesquisa teve por objetivo descrever a implementação e analisar os resultados dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (PMFSPE) e do Projeto Manejar para Conservar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, na perspectiva das comunidades beneficiadas e dos gestores dos Planos e do Projeto.

Os objetivos específicos estão apresentados abaixo:

- Descrever a implementação dos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis de Pequena Escala na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, no Estado do Amazonas;
- Analisar a contribuição do Projeto Manejar para Conservar para a geração de renda e a inclusão das comunidades do RDS Rio Negro nas cadeias produtivas, segundo a perspectiva dos ribeirinhos e do gestor do Projeto;
- Analisar a contribuição do Projeto para a capacitação dos comunitários em gestão administrativa e financeira dos empreendimentos, bem como para o fomento do empreendedorismo ribeirinho;
- Propor recomendações para os gestores dos Planos de Manejo e do Projeto Manejar para Conservar, bem como para as organizações apoiadoras.

A metodologia da pesquisa é qualitativa, baseada em análise documental, entrevistas com o representante do IDAM, o gestor responsável pelo Projeto Manejar para Conservar e o líder comunitário. Foram realizadas entrevistas e conversas em grupo com 27 ribeirinhos de 9 comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no Estado do Amazonas, durante o período de 7 a 13 de outubro de 2015. Os ribeirinhos residem nas seguintes comunidades: Camará, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Tiririca, Santo Antonio, Sacará, Nova Esperança, Inglês, Nossa Senhora de Fátima e Tumbira.

As entrevistas e conversas com os ribeirinhos foram conduzidas por três pesquisadores - um economista, uma psicóloga e uma pesquisadora da área do direito e do desenvolvimento sustentável ⁴. Foram visitadas três comunidades por dia e as conversas em grupo aconteceram na sede da comunidade de Tumbira. As conversas e as entrevistas tiveram duração de aproximadamente duas horas e foram baseadas em questionários de perguntas abertas, discutidos previamente com o gestor do Projeto, o qual manteve contato com as comunidades para agendar as conversas e explicar os objetivos dos entrevistadores e do gestor. Os ribeirinhos se mostraram com interesse em participar e comunicar suas ideias, sugestões, desafios e preocupações em relação ao futuro dos planos e do projeto. A grande maioria mostrou uma visão positiva dos resultados alcançados até agora, bem como a expectativa de que os planos possam se desenvolver e gerar maiores benefícios para as comunidades.

A análise dos dados coletados foi orientada pelos conceitos e teorias da sociologia nos temas de inclusão social, inclusão produtiva e processos socioculturais; da antropologia, nos temas de populações tradicionais e culturas nativas; e na economia, com base nas teorias do desenvolvimento e cadeias de valor.

⁴ Os pesquisadores que participaram do trabalho de campo e da análise da pesquisa foram Lina Pinheiro Petraglia, psicóloga, e Gustavo Katz Braga, economista, a quem agradecemos a valiosa contribuição.

II. CONTEXTO

Segundo o relatório “Avaliação dos recursos florestais mundiais”, publicado pela FAO em 2015⁵, as florestas do mundo continuam a diminuir com o aumento da população e a conversão das áreas florestais para a agricultura e outros usos. Desde 1990, perderam-se cerca de 129 milhões de hectares de florestas – o que equivale, aproximadamente, à área da África do Sul. Por outro lado, nos últimos 25 anos, a taxa de desflorestação diminuiu em mais de 50% em nível mundial, há uma maior área florestal protegida, e mais países melhoraram a sua gestão florestal. Isto geralmente é alcançado por meio de legislação, avaliação e monitorização dos recursos florestais e um maior envolvimento das comunidades locais nas políticas de desenvolvimento. Enquanto em 1990 as florestas cobriam 31,6% das áreas terrestres do planeta, o que corresponde a 4.128 milhões de hectares, esta área diminuiu para 30,6%, ou 3.999 milhões de hectares, em 2015.

As florestas são a fonte principal de subsistência, nutrição, moradia, trabalho e renda de populações tradicionais e comunidades rurais nos continentes africano, latino-americano e asiático. Além disso, os recursos florestais são responsáveis pela identidade cultural das populações e são a base para as relações políticas. Também prestam serviços ambientais vitais, tais como ar e água limpos, conservação da biodiversidade e luta contra as alterações climáticas. E a cadeia produtiva florestal contribui com cerca de 600.000 milhões de dólares anuais para o PIB mundial e emprega mais de 50 milhões de pessoas (FAO, 2015).

Pesquisa do The Rights and Resources Initiative – RRI (2014)⁶ reporta que, dos 4 bilhões de hectares de florestas mapeadas no mundo, as comunidades e populações tradicionais ocupam, por meio de posse ou propriedade, uma extensão que correspondente a 511 milhões de hectares, ou seja, 15,5% do total. Recente documento do World Resources Institute - WRI (2015)⁷, com a análise de custo-benefício da presença das comunidades em florestas para a preservação do meio ambiente, conclui que assegurar a presença das comunidades nas florestas implica em custos reduzidos e alto retorno dos investimentos em conservação, expressos em benefícios para o habitante da floresta, a sociedade e o planeta. Aponta o estudo que mesmo sendo baixa a cotação de US\$ 6 para a tonelada de carbono, os benefícios econômicos da permanência das populações tradicionais nas reservas superam seus custos.

O fortalecimento das comunidades florestais, além de resultar na preservação da floresta, traz maior justiça social, desenvolvimento local e prosperidade econômica. Além disso, promove a sustentabilidade nos âmbitos local, nacional, regional e planetário. Assegurar a presença do comunitário com a posse de sua terra contribui para a autoestima e a segurança para empreender no local. As entrevistas realizadas com os ribeirinhos no Amazonas, apontam que o maior desejo do morador é permanecer na floresta, desde que suas famílias sejam livradas do abandono em que viviam e providas com serviços adequados de saúde, transporte e educação.

O ano de 2015 é um marco para a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. Em setembro daquele ano, a Organização das Nações Unidas lançou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos países, empresas, organizações da sociedade civil e a população em todo o mundo, para os próximos 15 anos. Além disso, a Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas reuniu-se em Paris, em dezembro de 2015, para a COP 21, com a meta de finalizar um novo acordo voltado para as mudanças climáticas. A ausência de um Tratado vinculante sobre metas de redução de emissões na COP 21 contrasta com o forte movimento das municipalidades em torno de metas de redução, e da sociedade civil em torno de financiamentos e pesquisas que impulsionem a preservação das florestas. Estas iniciativas são vistas como oportunidades de consolidação de arranjos e parcerias entre governos, empresas, instituições financeiras públicas e privadas, bancos de desenvolvimento multilaterais e regionais e fundos de investimento sociais, institutos de pesquisa, ONGs e setores da sociedade civil.

Como poderá ser observado neste relatório, as opiniões da maioria dos ribeirinhos apontam, claramente, para uma consciência ambiental sobre a importância da conservação da Reserva em que habitam. Para algumas lideranças locais, a fase anterior à criação da Reserva do Rio Negro, ou seja, antes de 2008, é tratada com certa “culpa”. Chama atenção a indignação da maioria com a pouca fiscalização e a presença do poder público nas Unidades de Conservação, não coibindo as invasões e as queimadas. Atualmente, como resultado dos planos de manejo e do Projeto, eles se comportam como guardiões da floresta, exercendo um papel de preservação e fiscalização. O microempreendedor florestal está,

⁵ FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Global Forest Resources Assessment 2015. Em <http://www.fao.org/forest-resources>

⁶ The Rights and Resources Initiative. Annual Narrative Report 2014. Washington, DC, USA, January 2015. Em <http://www.rightsandresources.org/wp-content/uploads/2014-Annual-Narrative-Report>

⁷ World Resources Institute - WRI. The Economic Costs and Benefits of Securing Community Forest Tenure: Evidence from Brazil and Guatemala. Working Paper, November 2015. Em http://www.wri.org/sites/default/files/15_WP_CLUA_Forest_Tenure.pdf

em sua grande maioria, consciente da mudança de seu papel, e demanda maiores incentivos e investimentos de longo prazo de seus parceiros dos setores privado e público para que permaneçam exercendo-o com segurança e dignidade.

É importante ressaltar que a experiência dos planos de manejo vem sendo praticada em outros países com sucesso, a despeito dos constantes desafios. A Reserva da Biosfera Maia na Guatemala foi criada por Decreto em 1990, com o objetivo de proteção da biodiversidade, da herança cultural na região e do uso sustentável dos recursos da floresta. A instalação da Reserva teve o apoio de inúmeras organizações, como a United States Agency for International Development – USAID e a Fundação Ford, sendo administrada por agência governamental encarregada da aprovação das concessões de uso aos habitantes das florestas.

No Brasil, no início da década de 1990, os planos de manejo florestal começaram efetivamente a ser implantados na Amazônia. O Governo Federal tem publicado Leis, Decretos, Resoluções, Instruções Normativas (IN) e Normas de Execução para regulamentar os procedimentos técnicos e administrativos para elaboração e avaliação de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Atualmente, na esfera federal, vigoram as IN nº 04 e IN nº 05 de 11 de dezembro de 2006, que dispõem sobre procedimentos administrativos e técnicos para elaboração, execução e avaliação de Planos de Manejo Florestal Sustentável. No Amazonas, o manejo florestal está regulamentado por duas Instruções Normativas estaduais: a IN SDS nº 005 de 26 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos técnicos, e a IN SDS nº 002, de 11 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala (PMFSPE).⁸

Na Guatemala, uma concessão comunitária florestal, denominação atribuída às concessões de uso, significa a doação pelo Estado de terras públicas às organizações legalmente estabelecidas, que representem as comunidades locais, por 25 anos renováveis, permitido o uso sustentável de seus recursos e a exploração do turismo, obedecidas as seguintes condições:

- Plano de manejo aprovado junto as autoridades governamentais;
- Licenciamento ambiental e desenvolvimento de estudo de impacto ambiental de suas atividades periodicamente;
- Certificação florestal da Forest Stewardship Council (FSC) em prazo máximo de três anos, a partir da obtenção da concessão de uso e auditoria anual sobre a certificação;
- Apresentação de plano de monitoramento dos impactos à integridade dos sítios arqueológicos existentes na floresta.

Na Guatemala, beneficiam-se de concessões florestais cerca de 30 comunidades integrantes de 23 grupos de etnias diferentes, realizando o manejo florestal de produtos madeireiros ou não nos 2 milhões de hectares das Reservas. A área dos planos corresponde a 400 mil hectares, em torno de 20% da área total, onde há 11 concessões florestais, sendo 9 comunitárias e 2 empresariais.⁹

Da mesma forma que no Brasil, os anos que se seguiram à criação da Reserva da Guatemala foram de estranhamento e revolta entre aqueles que viviam na região com suas famílias há décadas, extraindo os recursos da floresta para sua subsistência, e que se sentiram ameaçados com a chegada das Unidades de Conservação e a falta de informação sobre as novas práticas e diretrizes. Além disso, a floresta servia de refúgio durante os 36 anos de guerra civil, sendo frequentemente alvo de queimadas.¹⁰

Atualmente, a experiência guatemalteca resulta em planos de manejo cuidadosos, com ciclos de corte, em certas áreas, de 30 a 40 anos. Apenas 1,5 a 3 árvores são retiradas por hectare e 30% das árvores permanecem em pé para fornecer semente. No entanto, as ameaças às reservas na Guatemala, são similares às brasileiras, como invasões, fronteira agrícola, poucas alternativas de renda, mineração e alterações políticas que podem levar ao afrouxamento das políticas de conservação em prol dos interesses econômicos. A maior preocupação das comunidades das florestas na Guatemala é com o retrocesso na política de concessões, uma vez que estão expirando os prazos das mais antigas, ainda pendentes de renovação, o que demonstra o sucesso da política entre as comunidades locais.

No Brasil, a proporção do território coberto por florestas, em 2012, corresponde a 4,63 milhões de km², ou 54,4% do território nacional, com florestas naturais e plantadas. Desse total, 4,56 milhões de km² (98,5%) se referem a florestas naturais, a maioria localizada no bioma Amazônia (3,25 milhões de km², ou 77,5%). (MMA,2013)¹¹

⁸ Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala no Amazonas: orientações técnicas e administrativas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus: IDAM, 2008. Disponível em <http://www.gret.org>

⁹ CHIARETTI, Daniela. "Guatemala mostra como viver de floresta". Jornal Valor Econômico, 12/11/2015, em <http://www.valor.com.br/guatemala>

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ Florestas do Brasil em resumo. MMA-Ministério do Meio Ambiente. Brasília, Serviço Florestal Brasileiro, 2013.

Os dados do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no período entre 2000 e 2013, indicam aumento considerável no número e na área de abrangência das Unidades de Conservação (UCs). Nesse período, o quantitativo de UCs quase dobrou (de 916 para 1.783) e a área protegida cresceu mais de 110% (de 0,7 milhão para 1,5 milhão de km²). A Amazônia é o bioma com maior cobertura de Unidades de Conservação, abrangendo 26,2% de sua área total. Desse montante, 16,5% são de uso sustentável e 9,4% de proteção integral. Desde o lançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal pelo governo brasileiro, em 2004, observou-se uma queda nas taxas anuais de desmatamento no período entre 2004-2012, chegando a 4,57 mil km² em 2012, o que representa uma redução total de 83,5% no período. Atribui-se à existência das Unidades de Conservação a razão para a redução do desmatamento. No entanto, ainda são muitos os desafios para o perfeito funcionamento do sistema (MMA, 2013).¹²

A transferência do domínio territorial, no caso das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, se dá por instrumento similar ao de concessão comunitária florestal guatemalteco. O órgão ambiental e a Associação dos Moradores da Reserva assinaram o contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e esta última, por sua vez, assinou com cada morador o Contrato de Autorização de Uso, ou outro documento jurídico apropriado.

A CDRU foi instituída pela Lei nº 9.636/1998, que a define como o "contrato solene, pelo qual se transfere, a título de direito real, o usufruto temporário, por prazo certo ou indeterminado, de terreno público ou particular, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social". Ou seja, trata-se de um contrato administrativo pelo qual o poder público atribui um bem de seu domínio (a área onde está a reserva) a particular (a associação dos moradores), para que explore segundo a sua destinação específica. Como é um contrato, dá maior segurança para seus signatários. Esse "direito real de uso" é concedido gratuitamente e contém cláusulas de rescisão para o caso de haver danos ao meio ambiente. Até 2013, havia 13 reservas extrativistas com limites demarcados, 15 sinalizadas, 22 com bases cartográficas atualizadas, 10 com contratos de concessão real de uso e 2 com processos de desapropriação, segundo o PNUD (2013).¹³

Grande parte das UCs brasileiras não se encontra com a situação fundiária resolvida. Isso significa que as terras de muitas das UCs de proteção integral não foram de fato incorporadas ao patrimônio público, através da desapropriação e indenização das propriedades particulares. Da mesma forma, muitas comunidades, cuja ocupação da área foi de boa fé e anterior à criação da UC de proteção integral, ainda não foram reassentadas, conforme estipulado pela legislação, ou não obtiveram a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), nos casos de UCs de uso sustentável de domínio público. O contrato de CDRU é o documento que legitima o uso sobre a terra, dando direito à moradia e utilização dos recursos conforme plano de uso, mas não possibilita a venda da mesma, sendo transmitido apenas por caráter hereditário.

A certificação da FSC (Forestry Stewardship Council) exigida no caso da Reserva da Biosfera Maia, não é obrigatória no Brasil, mas as organizações têm apoiado a certificação e fomentado alianças com empresas para realizar negócios sob a perspectiva de comércio justo. As relações entre empresas e comunidades têm sido impulsionadas por estratégias estabelecidas pelo Banco Mundial, que visam fomentar a construção de parcerias e cooperações interinstitucionais, entre organizações comunitárias, ONG's e órgãos governamentais (Amaral, et al., 2007).¹⁴

Verifica-se, portanto, que as políticas de implementação dos planos de manejo em pequena escala vêm ocorrendo em diversas regiões do planeta e que o caso brasileiro apresenta especialidade, devido ao percentual significativo de produtores familiares, número elevado de UCs Federais e Estaduais, além da importância estratégica do setor de madeira para a economia brasileira.

A troca de experiências entre manejadores, agências de governo e ONGs nacionais e internacionais deve ser incentivada de modo a contribuir para a sua consolidação enquanto experiências locais de impacto global. Como será melhor verificado a seguir, as dificuldades atravessadas pelos detentores e manejadores de planos, em algumas Reservas no Brasil, já foram superadas em outros países, que se deparam com dificuldades e obstáculos que poderão ser vivenciados amanhã, e vice e versa.

¹² MMA- Ministério do Meio Ambiente. O sistema nacional de conservação da Natureza. Brasília, 2013

¹³ "PNUD apoia gestão participativa e regulamentação de reservas extrativistas na Amazônia." PNUD, 12/04/2013. Em <http://www.pnud.org.br/Noticia>

¹⁴ AMARAL NETO, M. et al. A expansão do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: oportunidades e limites. Brasília: IEB, 2007

III. CADEIA DE VALOR INCLUSIVA NA AMAZÔNIA : DESAFIOS

A Organização das Nações Unidas, em 2006, lançou o modelo de negócios inclusivos, visando a construção de elos entre as empresas, os empreendimentos sociais e a população vulnerável e de baixa renda, gerando uma relação de benefício mútuo. Este modelo foi propagado pela iniciativa Desenvolvendo Mercados Inclusivos (*Growing Inclusive Markets*, em inglês) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), seguindo a lógica do desenvolvimento sustentável, que inclui a proteção do ecossistema com o respeito às populações e culturas locais, contribuindo para as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.¹⁵

A iniciativa do PNUD estimula modelos de negócios inovadores, que atendem às demandas dos segmentos populacionais vulneráveis e de baixa renda, como clientes, fornecedores ou distribuidores das empresas. A iniciativa promove também os programas implementados pelas organizações não governamentais e pelos empreendedores comunitários. A meta a ser alcançada é levar as empresas a desenvolverem parcerias transformadoras, com o envolvimento de múltiplos *stakeholders*, a reestruturação das “regras do jogo” e a criação de novas normas globais para o funcionamento dos mercados.

De acordo com Susan Oliveira (2015), o conceito de cadeia de valor envolve a crescente fragmentação e dispersão geográfica das várias etapas do processo produtivo, que é um componente de importância crescente da determinação da competitividade das empresas. A ideia de produzir em cadeias está associada aos benefícios derivados da redução de custos na obtenção de matérias-primas e/ou nas etapas produtivas a custos de fatores reduzidos. As estimativas da OCDE indicam que a participação do Brasil nas cadeias globais de valor é muito pequena. Essas considerações levam ao questionamento das vantagens de aderir a essas cadeias de valor e ao debate sobre o tipo de políticas governamentais que devem ser adotadas para que as empresas brasileiras possam melhorar sua participação nesse novo cenário, segundo a autora.¹⁶

Os diversos estudos sobre as cadeias de valor destacam os desafios enfrentados pelos participantes, sendo um dos principais como garantir, de forma justa, a repartição dos benefícios entre as empresas que lideram as cadeias de valor e os outros participantes, a começar pelos preços pagos pelas empresas a seus fornecedores, especialmente se houver desequilíbrio de poder de barganha.

Para a antropóloga Dena Freeman¹⁷, as organizações internacionais de desenvolvimento priorizaram os incentivos às cadeias de valor como a nova estratégia para a redução da pobreza. Esta abordagem considera que os negócios e os mercados são a solução para a pobreza nos países emergentes, e, assim, promove as intervenções das organizações não-governamentais, fundações privadas e grupos empresariais voltadas para a inclusão socioeconômica das populações de baixa renda e pequenos produtores rurais da América Latina e da África. Por meio da inserção nas cadeias produtivas, os pequenos produtores podem obter acesso aos mercados e aumentar sua renda. O desafio é como implementar estratégias adequadas para a cadeia de valor, de modo que seja otimizada a inclusão socioeconômica, sem sacrificar a competitividade de longo prazo.¹⁸

Segundo, Sherry Stephenson (2015), as pequenas e médias empresas (PMEs) enfrentam barreiras como: dificuldades para acessar o financiamento comercial; identificação de sócios para operações dentro das cadeias; e sistema de pagamentos. Para as cadeias globais de valor funcionarem de maneira eficiente, são cruciais os custos de transporte e as operações fronteiriças, visto que não importa apenas a distância entre produtores, mas também entre mercados. A autora enfatiza que é importante diferenciar o ingresso em uma cadeia de valor da obtenção de “valor dentro da cadeia”. A participação nas cadeias globais de valor (CGVs) depende dos vínculos ascendentes ou descendentes dentro dessa cadeia. E os empregos de pouco valor agregado podem merecer atenção especial, sobretudo para os países em desenvolvimento, pois constituem o primeiro passo de inserção na cadeia de suprimentos – sem o qual não se pode iniciar o aumento gradual de valor agregado.¹⁹

Para Cláudia Uribe (2015), uma característica essencial das cadeias de valor é a sua complexidade. As capacidades gerenciais das PMEs para superar novos desafios são limitadas. A participação nas cadeias de valor e o deslocamento no interior destas exigem tarefas adicionais, que se estendem do desenvolvimento do produto, à organização e monitoramento da rede de subfornecedores, até inovações organizacionais e de marketing. Dados os volumes requeridos, muitas vezes é preciso que as PMEs se associem a outras empresas para que, operando sob a

¹⁵ PNUD. *Growing Inclusive Markets*. Acesso em 11/10/2014. Disponível em <http://www.growinginclusivemarkets.org>

¹⁶ OLIVEIRA, Susan E. *Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2015, p. 8

¹⁷ FREEMAN, Dena. *Value chains for development: an ethnography of pro-poor Market interventions in Ethiopia*. *Anthropology for this Century*, v6, January 2013

¹⁸ ALTEMBURG, Tilman. *Shaping Value Chains for Development*. *The European Journal of Development Research*, 18 (4), 2006, p. 493-97.

¹⁹ STEPHENSON, Sherry. *Cadeias globais de valor: a nova realidade do comércio internacional*. *Revista Pontes*, V. 11, N.2, March 2015. Em <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes>

modalidade de consórcio, desenvolvam um sistema conjunto de abastecimento ou um esquema de subcontratação para atender aos compradores de forma mais rápida e efetiva. Outro fator a considerar é o custo e a dificuldade que as PMEs enfrentam no cumprimento de padrões estritos de qualidade. É cada vez mais comum que as grandes empresas estabeleçam padrões voluntários como forma de garantir a sustentabilidade econômica e ambiental, a qualidade e a rastreabilidade dos produtos. O cumprimento de padrões voluntários é um pré-requisito para a inserção e a permanência das PMEs nas cadeias de valor.²⁰

A autora explica que o acesso das PMEs a mecanismos de financiamento é limitado, principalmente na América Latina. Em geral, é preciso que a PME realize investimentos para modificar processos ou adequá-los aos padrões exigidos. Uma vez parte da rede de fornecimento e devido ao desequilíbrio de poder entre as multinacionais e as PMEs, estas últimas são levadas a aceitar termos desfavoráveis de transação para poder permanecer no negócio. Além disso, devido ao porte das PMEs, as condições de crédito são desfavoráveis, assim como os controles de risco são mais estritos. Portanto, é crucial que as instituições de apoio ao comércio atuem na conexão entre oferta e demanda, de modo que sejam mais conhecidos os benefícios da inserção nas cadeias de valor.²¹

Apesar de todas as barreiras mencionadas, as PMEs da América Latina podem encontrar oportunidades nas cadeias de suprimento das multinacionais. Quando conseguem se posicionar nessas complexas cadeias de valor, as PMEs tendem a alcançar uma qualidade de padrão mundial. Além disso, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta que as empresas inseridas nessas cadeias aumentam sua inovação e estimulam o desenvolvimento de novas tecnologias no país anfitrião. Por isso, as políticas públicas devem melhorar o ambiente para auxiliar o desenvolvimento empresarial no nível público e privado, segundo a autora.

Sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento sustentável, segundo Francisco Costa²², o desafio é combinar os atributos do crescimento e da equidade, e garantir a elevação da capacidade das pessoas de fazer escolhas e exercer a cidadania. Esses objetivos do desenvolvimento pressupõem a consistência intergeracional na utilização dos recursos da natureza, que fundamenta a reprodução social. O desenvolvimento deverá, assim, ser qualificado também pela garantia da sustentabilidade. Um processo de evolução social com tais qualidades requer atuação estratégica do Estado, particularmente nos países mais atrasados. Ao Estado cabe a tarefa de induzir, fomentar ou mesmo produzir as condições para a transformação das estruturas econômicas e sociais do país, segundo o autor.

Nesse contexto, no Brasil, em 2008, o governo federal criou o Programa Nacional da Sociobiodiversidade, com a articulação de três ministérios: Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social. O Programa foi criado para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais da Amazônia Legal, por meio do acesso às políticas de crédito, assistência técnica, extensão rural, mercados, instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos.

A cadeia da sociobiodiversidade é considerada como um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços da sociobiodiversidade, com a incorporação da identidade cultural e dos valores e saberes das comunidades locais para assegurar a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios.²³

Como desdobramento do Programa Nacional, foi lançado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. As cadeias da castanha-do-brasil e do babaçu foram priorizadas, em virtude da relevância socioeconômica e ambiental, pois beneficiam cerca de 500 mil famílias de extrativistas e quebraadeiras de coco. Além disso, o governo federal adotou outras ações de promoção e fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O PGPM permite o pagamento da Subvenção Direta ao Extrativista. Este Programa busca garantir a sustentação de preços de alguns produtos extrativistas como a castanha-do-brasil, amêndoa de babaçu, borracha natural, o fruto do açáí, do pequi, a cera da carnaúba e a fibra da piaçava. O PAA, por sua vez, possibilita a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar. (Imazon, 2010)²⁴

²⁰ URIBE, Cláudia. A aliança entre multilatinas e PMEs: motor da competitividade na América Latina. Revista Pontes, Volume11, Number2, March 2015. Em <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes>

²¹ Idem, ibidem

²² COSTA, Francisco de Assis. O momento, os desafios e as possibilidades da análise econômica territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional. Nova economia. [online]. 2014, vol.24, n.3, pp. 613-64

²³ Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade Em <http://www.mma.gov.br>; Acesso:10/09/2015

²⁴ IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010. Disponível em <http://amazon.org.br/iniciativas-de-manejo-florestal-comunitario-e-familiar-na-amazonia-brasileira-20092010>. Acesso em 08/09/2015

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) do Estado do Amazonas apoia a realização de atividades de geração de renda em 33 Unidades de Conservação (UC) estaduais de uso sustentável. Em 2014, as atividades produtivas na UC – castanha, madeira, óleos e sementes, borracha, produtos agrícolas, pescado e criação animal – renderam aproximadamente R\$ 13,7 milhões para os diferentes produtos e beneficiaram em torno de seis mil famílias. Verifica-se que as atividades produtivas que mais geram renda para os microempreendedores ribeirinhos do Amazonas são a pesca, a criação do peixe pirarucu, a piscicultura, a produção de farinha e a castanha. Ver Quadro I.

QUADRO I: Produtos que contribuem na geração de renda nas UCs estaduais - 2014

Produto	N° UC	Produção (t)	Valor Total (R\$)	N° de Famílias
Castanha	10	613,2	1.000.772,00	931
Pirarucu	4	856,6	4.584.481,00	2375
Óleos vegetais	8	51,2	727.655,00	543
Farinha	13	803,9	3.268.480,00	1566
Piscicultura	4	802,1	3.548.702,20	48
Açaí	6	38,3	52.970,00	112
Cacau	3	25,8	94.986,00	104
Borracha	6	85,6	466.777,10	322
Total	21	2.663,5	13.744.823,30	6.001

Fonte: CEUC/SDS, Estado do Amazonas. Departamento de Geração de Renda, 2014

O Programa de Regionalização de Mobiliário Escolar (PROMOVE) integra o conjunto de Políticas Públicas do Governo do Estado do Amazonas e visa a inserção dos manejadores de madeira nas cadeias produtivas. As cooperativas e associações de moveleiros, prioritariamente localizadas no interior do Estado, estão recebendo incentivos para a fabricação desses artefatos, tendo como matéria-prima a madeira oriunda dos Planos de Manejo Florestais de Pequena Escala. Os benefícios decorrentes desse Programa já despontam sob a forma de novos empregos, elevação do nível de renda, agregação de valor aos produtos florestais e a especialização de mão de obra nas áreas contempladas. A padronização de mobiliário escolar foi instituída pelo Decreto nº. 25.316, de 8 de setembro de 2005. A estruturação e formatação desse Programa contaram com a participação dos seguintes Órgãos: SDS, Seduc, Sepror, Fundação Centro de Análise de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Agência de Florestas, Secretaria Estadual de Trabalho e Cidadania (Setraci).²⁵

²⁵ ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente. Relatório "Principais Agendas Ambientais". Brasília, 18/11/2014
http://www.abema.org.br/site/arquivos_anexo/

3.1 A Cadeia de Produtos Florestais Madeireiros

O Brasil é um país florestal com 463 milhões de hectares (54,4% do seu território) de florestas naturais e plantadas, o que representa a segunda maior área de florestas do mundo, atrás apenas da Rússia. São cerca de 7,2 milhões de hectares de florestas plantadas, principalmente com espécies dos gêneros Eucalyptus e Pinus, que representam 92,8% do total. Esta área corresponde a apenas 0,84% da área do país e a 1,55% da área total das florestas. As florestas públicas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNPFF) em 2012 compreendem uma área de aproximadamente 308 milhões de hectares, o que representa 36,2% do território nacional. As florestas públicas brasileiras distribuem-se nos diferentes biomas e regiões do país. No entanto, a maior parte (91%) encontra-se no bioma amazônico. (SFB, 2013)

O bioma amazônico representa cerca de 30% de todas as florestas tropicais remanescentes do mundo. Sua importância é reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Isso se deve principalmente à sua larga extensão (4,2 milhões de km²) e à enorme diversidade de ambientes, com mais de 600 tipos diferentes de habitats terrestres e de água doce, o que resulta numa riquíssima biodiversidade, com cerca de 45.000 espécies de plantas e vertebrados. Cerca de 10% de toda a diversidade do planeta encontra-se na região amazônica. Nos últimos dez anos, foram descobertas na região 637 plantas.²⁶

A Amazônia brasileira é uma das principais regiões produtoras de madeira tropical no mundo, atrás apenas da Malásia e Indonésia. A exploração e o processamento industrial de madeira estão entre suas principais atividades econômicas – ao lado da mineração e da agropecuária. O setor madeireiro impulsiona de forma direta a economia de dezenas de municípios da Amazônia. A Amazônia abriga vastos estoques de madeira comercial e de carbono, bem como possui uma grande variedade de produtos florestais não madeireiros, que sustenta diversas comunidades locais. Ver Quadro II.

Quadro II – Setor Florestal Madeireiro no Brasil - 2012

Área florestal total	463 milhões de ha
Proporção da área florestal em relação à área total do país	54,4 %
Área florestal por habitante	2,38 ha
Área de florestas naturais	456 milhões de ha
Área de florestas plantadas	7,2 milhões de ha
Área de florestas públicas cadastradas	308 milhões de ha
Área de florestas comunitárias federais	124 milhões de ha
Áreas de florestas públicas (federal e estadual) sob concessão florestal	622,2 mil ha
Empregos formais no setor florestal	673 mil
Área de florestas certificadas	8,6 milhões de ha
Produção de madeira serrada (2010)	4,9 milhões de m ³
Produção de painéis (2010)	6,4 milhões de m ³
Produção de celulose	14,6 milhões de t
Produção de papel	10,1 milhões de t
Extração de madeira em tora para combustível	133,1 milhões de m ³
Extração de madeira em tora para indústria	139,9 milhões de m ³

Fonte: “Florestas do Brasil - em Resumo” . Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Serviço Florestal Brasileiro, 2013

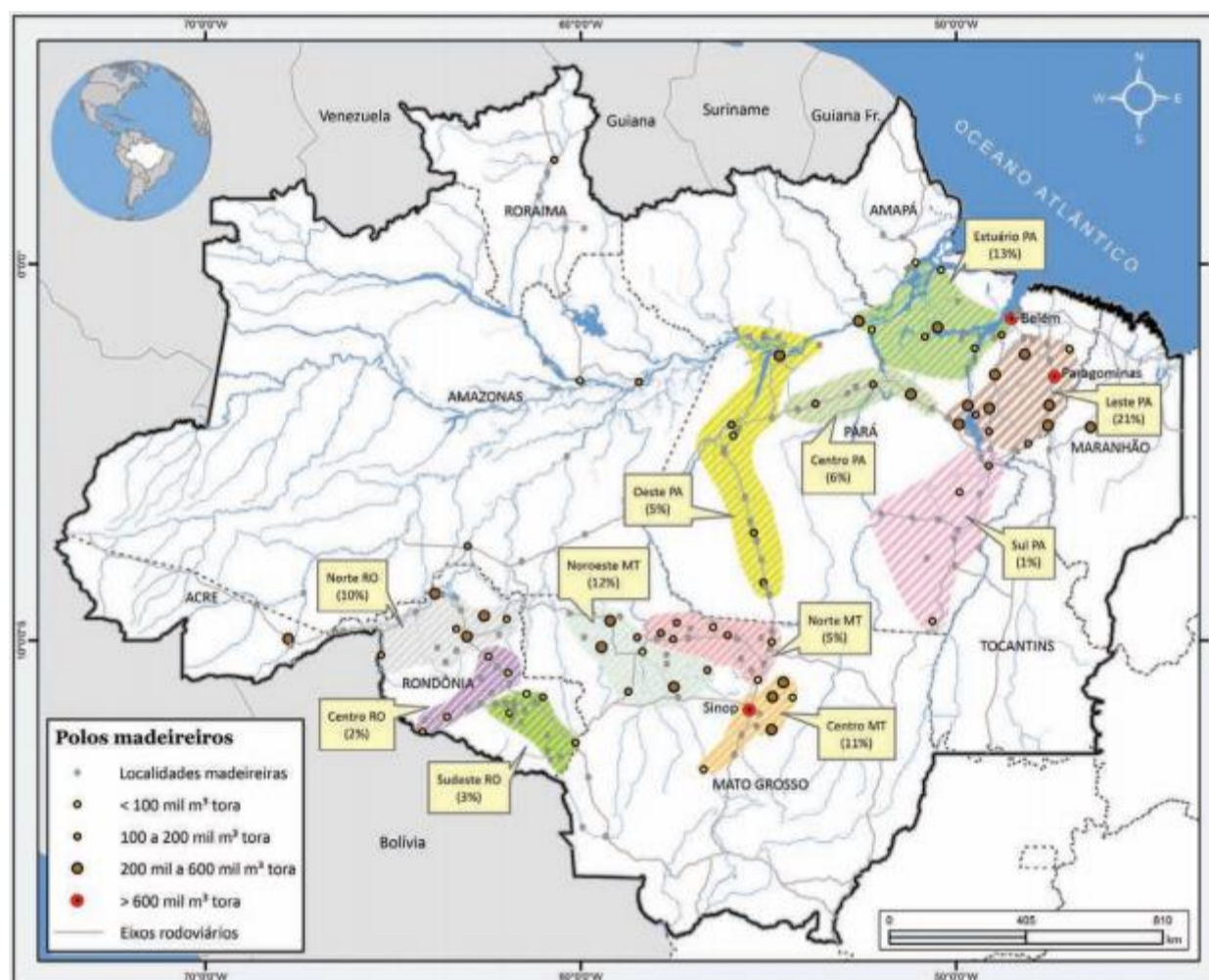
O Estado do Amazonas possui o segundo maior PIB industrial da região Norte: R\$ 22,5 bilhões. A indústria representa 34,8% da economia, emprega 180 mil trabalhadores e paga o quarto maior salário industrial médio do Brasil. O setor mais relevante para a indústria amazonense é a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, com 37,7% de participação na produção industrial do Estado. Os produtos manufaturados compõem 92,6% do total de exportações de Estado.²⁷ (CNI 2014)

²⁶ “Florestas do Brasil - em Resumo” . Brasília, Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro, 2013

²⁷ CNI – Confederação Nacional das Indústrias. Perfil da Indústria nos Estados – 2014. Brasília, 2014

A Amazônia Legal é atualmente a região que abriga o maior número de indústrias da cadeia produtiva do manejo sustentável de florestas naturais, com 2.226 indústrias, em 2010. As principais empresas detentoras de áreas de floresta natural com manejo sustentável possuíam cerca de 3 milhões de hectares produtivos no total. A produção madeireira está localizada em 192 municípios na Amazônia Legal, dos quais 5 eram categorizados como polos madeireiros, isto é, municípios cujo volume de madeira em tora extraído e consumido era igual ou superior a 100 mil metros cúbicos, em 2010.²⁸ Ver Quadro III.

Quadro III – Amazônia Legal – Polos Madeireiros - 2010



Fonte: A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados. Belém, Serviço Florestal Brasileiro, 2010.

Na Resolução CEMAAM nº 009/2011 e na Resolução nº 007/2011, são definidas as seguintes categorias de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) na Amazônia²⁹:

- Maior Impacto de colheita: geralmente feito por proprietários de grandes áreas e donos de serrarias. É permitido o uso de máquinas no arraste das toras (trator, skidder). Não tem limite de tamanho de área. Também chamado de produção empresarial.
- Menor Impacto de colheita: proíbe o uso de máquinas no arraste das toras. As outras regras são as mesmas do PMFS de Maior Impacto;
- Manejo de Várzea: regras e exigências adaptadas à formas de ocorrência e crescimento das espécies da várzea amazônica;
- Manejo Familiar e Comunitário de Pequena Escala: Não é permitido arrastar toras sendo preciso serrar no campo. As áreas de manejo são inferiores à 500 hectares. (Resolução nº 007/2011)

Em relação aos Planos de Maior Impacto, os Estados que lideram a produção e a venda são o Pará e o Mato Grosso, conforme os dados do Imazon (2010), apresentados no Quadro IV abaixo.³⁰

²⁸ A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados. Belém, PA: Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e IMAZON, 2010

²⁹ Guia prático do manejo florestal sustentável de pequena escala. Manaus, IDESAM, 2004.

³⁰ A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados, Belém, PA: SFB e IMAZON, 2010. Em: <http://imazon.org.br/a-atividade-madeireira-na-amazonia-brasileira-producao-receita-e-mercados/>

Quadro IV

Atividade madeireira na Amazônia Legal

Estado	Nº de polos madeireiros	Nº de empresas	Consumo anual de toras (em mil m ³)	Renda bruta (em milhões de US\$)	Empregos (diretos + indiretos)
Acre	1	24	422	181,96	4.641
Amapá	1	48	94	32,10	1.516
Amazonas	3	58	367	115,19	6.525
Maranhão	1	54	254	59,00	3.975
Mato Grosso	20	592	4.004	1.598,36	56.932
Pará	31	1.067	6.599	2.177,61	92.423
Rondônia	14	346	2.220	713,49	34.825
Roraima	1	37	188	62,66	2.865
Amazônia Legal	72	2.226	14.148	4.940,39	203.702

Fonte: SFB, Imazon/2010

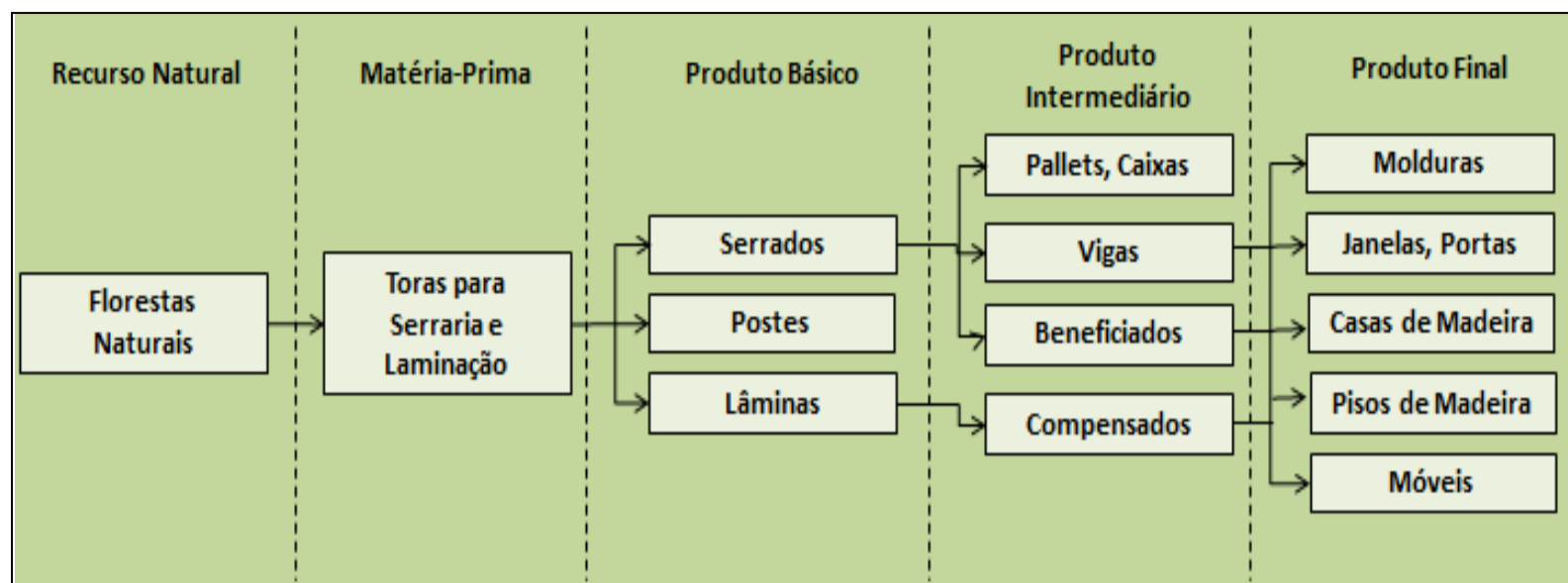
O setor madeireiro compreende um conjunto de atividades primárias e secundárias. As atividades primárias constituem-se na extração vegetal, compreendendo a colheita dos produtos in natura e o manejo sustentado das florestas, e na silvicultura, incluindo os manejos das florestas nativas e os reflorestamentos. As atividades secundárias compreendem o beneficiamento e o processamento, subdivididos nos segmentos de produtos derivados da madeira (madeira sólida, painéis reconstituídos, celulose e papel, móveis, lenha, carvão vegetal, resíduos de madeira), utilizados como insumos para produção de energia e produtos reconstituídos, e produtos de origem vegetal (erva-mate, resinas, óleos, fibras, essências, entre outros).³¹ Ver Quadro V.

As empresas ou estabelecimentos, que realizam o primeiro processamento da madeira nativa após sua extração na floresta, classificam-se em: microsserrarias, serrarias, beneficiadoras, laminadoras e fábricas de painéis. De maneira geral, as indústrias madeireiras instaladas na Amazônia Legal estão próximas às áreas onde há cobertura florestal e boa logística de transporte para a madeira em tora e processada.

Entende-se por madeira processada aquela que se originou da transformação da madeira nativa em toras para produtos semi-industrializados (tábuas, pranchas, ripas etc.) e industrializados (pisos, assoalhos, madeira compensada, entre outros). Por sua vez, o processamento dos 14,2 milhões de metros cúbicos de madeira em tora resultou na produção de 5,8 milhões de metros cúbicos de madeira processada. A maioria (72%) era madeira serrada com baixo valor agregado (ripas, caibros, tábuas e similares). Outros 15% foram transformados em madeira beneficiada com algum grau de agregação de valor (pisos, esquadrias, madeira aparelhada etc.), e o restante (13%), em madeira laminada e compensada. (SFB-IMAZON, 2010)

³¹ FISCHER, A.; Zylbersztajn, D. O fomento florestal como alternativa de suprimento de matéria-prima na indústria brasileira de celulose REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre), v.18, n.2, p.494-520, 2012

QUADRO V : Indústria de Manejo Sustentável de Florestas Naturais



Fonte: CNI – Confederação Nacional da Indústria. Projeto CNI para a RIO+20, Curitiba, 2012

A madeira nativa utilizada na construção brasileira é geralmente oriunda da região Amazônica. Instrumentos de controle como o Documento de Origem Florestal (DOF) foram criados pelo governo para aumentar a possibilidade de rastreamento da madeira nativa e demais produtos florestais, desde a extração até a comercialização. O DOF é uma licença obrigatória para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa. No caso da madeira, o DOF deve ser exigido na aquisição de todas as espécies. Entretanto, há algumas formas de adulteração do documento, que demandam a atenção de todos os agentes da cadeia de comercialização para garantir a legalidade do produto.³²

A indústria de madeira sólida processada mecanicamente é um complexo de atividades bastante diferenciadas, que abrange mercados distintos. Essa indústria é dividida em três grandes segmentos: madeira serrada, compensados e manufaturados de madeira (produtos de maior valor agregado). A madeira serrada é obtida pela transformação de toras em vários produtos com formatos e dimensões, destacando-se: tábuas, pranchas, pontalotes, sarrafos, ripas, caibros, dormentes, perfis e vigas. A estrutura da oferta é basicamente formada por pequenas e médias serrarias, atendendo às necessidades dos mercados locais de construção civil, empresas de móveis e de artefatos de madeira. Estima-se que existam no país mais de 10 mil estabelecimentos em operação. A produção em maior escala concentra-se nas empresas madeireiras, algumas são filiais de empresas estrangeiras, que dispõem de rede de comercialização com maiores recursos e exploram regiões da Amazônia, em especial no Pará.³³

Na região amazônica, existiam cerca de 72 polos madeireiros, localizados principalmente nos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, em 2010. Após o processamento, a madeira amazônica é destinada tanto para o mercado doméstico (64%) como para o externo (36%). A tendência que vem se estabelecendo nesse setor é de um crescimento mais acentuado do uso de madeira serrada proveniente de florestas plantadas, em detrimento do uso de florestas nativas. As maiores empresas da região amazônica, muitas delas estrangeiras, passaram a buscar na certificação e no manejo florestal sustentável uma alternativa para viabilizar suas vendas no mercado internacional.³⁴

Um fator que compromete a competitividade do setor de base florestal no Brasil é a infraestrutura logística. Os produtos do setor madeireiro são dependentes da infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias e portos). No caso da Amazônia, a falta de logística adequada implica perdas significativas e custos elevados para a exploração madeireira.³⁵

Para estimular a extração de madeira de forma legal, foi criado um selo socioambiental pelo Forest Stewardship Council (FSC), garantindo que a madeira é manejada de acordo com seus princípios e critérios e o processo acompanhado por uma equipe capaz de certificar a origem da madeira extraída. Portanto, uma das maneiras de saber se a empresa responsável pela extração da madeira obedece às regras do bom manejo florestal é verificar a obtenção do selo FSC da floresta e da cadeia de custódia. Esta certificação garante a rastreabilidade de toda a cadeia produtiva da madeira extraída, independentemente de sua utilização e destino.

³² BUAINAIN, A.; Batalha, M. (coord.) Cadeia produtiva da madeira. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento . Brasília : IICA, 2007

³³ Idem, ibidem

³⁴ IMAZON. Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010. Disponível em <http://amazon.org.br/iniciativas-de-manejo-florestal-comunitario-e-familiar-na-amazonia-brasileira-20092010>. Acesso em 08/09/2015

³⁵ BUAINAIN, A.; Batalha, M. (coord.) Cadeia produtiva da madeira. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento . Brasília : IICA, 2007

Quanto aos desafios e barreiras para a compra responsável de madeira, Manzoni et al. (2011) destacam os esforços no controle e na aplicação de tecnologias para uma melhor gestão pública, buscando gerar menos conflitos na floresta, menos emissões de gases de efeito estufa, e reverter o cenário de grande evasão fiscal decorrente da exploração ilegal de madeira. O poder público, enquanto grande consumidor, necessita de ferramentas econômicas para fomentar o consumo responsável de produto ou serviço a ser adquirido por meio das compras e contratações públicas, em especial a de madeira, no que se vem denominando de licitação sustentável.³⁶

IV. PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DE PEQUENA ESCALA - PMFSPE

A Lei nº 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, define o manejo florestal como “a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo, e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal”.

No Estado do Amazonas, em 2006, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, através da Instrução Normativa 001/06, vai ao encontro da reforma promovida pela Lei de Gestão de Florestas Públicas e regulamenta a exploração florestal madeireira e os procedimentos das atividades do Plano de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala – PMFSPE, para empreendimentos com área máxima de 500 hectares.

Na atividade primária, encontram-se não só as grandes indústrias e empresas madeireiras, mas também os produtores florestais comunitários, que se reúnem em associações e cooperativas e se utilizam do manejo florestal comunitário, um conjunto de práticas de uso dos recursos florestais para a produção de madeira e produtos não madeireiros para consumo local ou como fonte de matéria prima para as indústrias. A madeira é extraída das florestas mediante a apresentação e a aprovação de planos de manejo florestal sustentado. Cerca de 60% dos planos do manejo florestal estão dentro ou no entorno de Unidades de Conservação, principalmente nas Reservas Extrativistas. A recente expansão das iniciativas de manejo nessa modalidade está diretamente relacionada aos programas de promoção e às políticas dos governos estaduais.³⁷

No Brasil, 67% dos produtores florestais são de pequena escala, demonstrando a importância da produção familiar no Estado do Amazonas. Este percentual corresponde a 9% da produção madeireira do Estado, enquanto os demais 91% da madeira licenciada são originários de detentores empresariais, que praticam o manejo sustentável empresarial de maior impacto, em larga escala.³⁸

Como exemplo, o município de Boa Vista do Ramos, localizado a 230 quilômetros de Manaus, foi um dos pioneiros na implantação de manejo florestal comunitário no Amazonas e recebeu a certificação florestal do FSC, como resultado do trabalho durante cinco anos, para legalizar e ordenar a exploração de madeira por comunitários no município, com a coordenação da Associação Comunitária dos Extratores de Produtos da Floresta (Acaf). A expectativa, na época, era a de que, com a certificação, melhores preços poderiam ser obtidos, gerando benefícios para cem famílias. A comercialização das madeiras dos produtores de Boa Vista do Ramos era viabilizada pela Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas, que intermediava a inserção da produção no mercado.³⁹

A principal dificuldade para que os produtores florestais comunitários acessem o mercado tem sido a escala. Para conseguir superar essa barreira, iniciativas governamentais têm promovido alianças estratégicas entre associações de produtores com intuito de organizar a produção, aumentando escala e qualidade dos produtos oferecidos no mercado. As organizações de apoio têm fomentado a certificação florestal e alianças com empresas para realizar negócios sob a perspectiva de comércio justo. O estabelecimento de relações entre empresas e comunidades tem sido impulsionada por estratégias estabelecidas pelo Banco Mundial, que visam fomentar a construção de parcerias e cooperações interinstitucionais, entre organizações comunitárias, ONG's e órgãos governamentais.

³⁶ MONZONI, M. et al. Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo. São Paulo, SP: FGV RAE, 2011.

³⁷ AMARAL, P. et al. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira: avanços e perspectivas para a conservação florestal. Manaus, Serviço Florestal Brasileiro, 2007.

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ “Boa Vista do Ramos tem madeira certificada”. Jornal do Comércio, Amazonas, 19/2/ 2005

Um desafio para as comunidades que adotam o manejo florestal comunitário é a definição do preço de venda da madeira. O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma das organizações que apoia as comunidades por meio de oficinas de capacitação em negociação e elaboração de contratos, objetivando a comercialização adequada à natureza societária, às características organizacionais da comunidade e à escala do empreendimento, bem como o estabelecimento de relações mais estreita com os compradores. Outros temas tratados nas oficinas foram: base de dados para cálculo de custos, eficiência e produtividade das operações do manejo; aspectos tributários relacionados ao processo de manejo florestal comunitário; capital de giro para extração, entre outros. (IEB, 2002)⁴⁰

A dinâmica de preços da madeira depende, de um lado, do ritmo dos reflorestamentos e da produtividade das florestas nacionais (nativas e plantadas) e, de outro, do crescimento do consumo dos diversos produtos à base de madeira. A proximidade entre as florestas e as atividades produtivas são fatores de grande importância para as atividades de base florestal, dada a importância do peso e do volume no custo do frete dessa matéria – prima até as indústrias que a utilizam.⁴¹

Ainda que o Estado do Amazonas não lidere, em termos de volume, o mercado de madeira nativa manejada, destaca-se quanto ao número de planos de manejo de pequena escala ou familiar (MFF) protocolados no órgão ambiental do Estado. Isso se deve à política estadual de incentivo ao manejo florestal de pequena escala no âmbito do Programa Zona Franca Verde, com ações que vão desde a simplificação de normas para o MFF até o direcionamento de uma agência de assessoria técnica do Estado ao apoio direto à elaboração de planos de manejo. Com esse enfoque, o Estado do Amazonas elevou em 84% o número de iniciativas de MFF, passando de 422 planos de MFF, protocolados em 2007, a 775 planos de MFF protocolados em 2009/2010. A grande maioria (80%) desses planos foi elaborada via órgão estadual de assessoria técnica – o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM).

O Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMFCF) foi criado para coordenar as ações de gestão e fomento do manejo florestal sustentável voltadas para os povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que tiram sua subsistência das florestas brasileiras. O Programa foi instituído no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 5 de junho de 2010, pelo Decreto nº 6.874/2009.⁴²

Por sua vez, o Decreto Presidencial nº 6.040/2007 estabeleceu o conceito de povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Conforme disposto no art. 3º da Lei Federal nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

O programa tem por objetivo permitir que ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados e agricultores familiares recebam capacitação, apoio técnico e recursos financeiros para trabalhar a floresta de forma sustentável a partir dos planos de manejo comunitários. É por meio desses planos que os comunitários organizam a retirada de madeira e dos chamados produtos florestais não madeireiros (óleo, borracha, cascas e frutos) sem esgotar a floresta.

⁴⁰ IEB - Instituto internacional de Educação do Brasil. VI Oficina de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia Brasileira Alter do Chão – PA, agosto de 2002.

⁴¹ VITAL, M. Florestas Independentes no Brasil. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 77-130, março 2009

⁴² AMAZON - SFB, 2010

Em geral, na Amazônia brasileira, predomina o manejo de múltiplas espécies em cada comunidade ou unidade familiar agroextrativista. O açaí foi utilizado comercialmente por mais da metade (55%) das 325 iniciativas identificadas (179 casos). Em seguida, destacaram-se a castanha-do-brasil e o látex da seringueira, utilizados por 44% (144 casos) e 43% (140 casos) das iniciativas, e o buriti e a copaíba, com 92 e 91 iniciativas (28% cada), respectivamente.⁴³

Nos estados amazônicos, foram identificadas 902 iniciativas de manejo florestal familiar e comunitário (MFFC), que lidam com madeira, sendo 775 (86%) delas do tipo manejo florestal familiar ou de pequena escala (MFFC/MFPE) e apenas 127 (14%) de manejo florestal comunitário (MFC). Todas as iniciativas de MFFC se situam no Estado do Amazonas, que se destaca quanto ao número de planos de manejo de pequena escala ou familiar e comunitário (MFFC) protocolados no órgão ambiental do estado. São 811 iniciativas de MFFC protocoladas no Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), equivalente a 90% do total.⁴⁴

Os dados indicam que o Estado do Amazonas elevou em 84% o número de iniciativas de MFFC de 2007 a 2010. Ainda assim, as entrevistas com os detentores de planos de manejo na RDS do Rio Negro apontam para a morosidade na aprovação e longas esperas para a renovação da licença de operação necessária para o início da atividade de manejo nos planos. Dos 14 planos de manejo existentes, 6 aguardavam das autoridades a decisão de renovação dos planos. Segundo o técnico do IDAM entrevistado, a escassez de recursos humanos no órgão de extensão e no órgão licenciador - IPAAM, impede a maior celeridade na obtenção da licença de operação.

O plano de manejo florestal sustentável em pequena escala (PMFSPE) foi regulamentado apenas no Estado do Amazonas e está voltado para detentores de terras com até 500 hectares, sendo admitido apenas um plano por pessoa física ou associação. Como principais características, o PMFSPE deve possuir intensidade máxima de exploração de 0,86m³ /ha/ano na área de manejo; não pode haver arraste de toras, sendo apenas permitido o transporte das peças beneficiadas em veículos com motor de até 85 CV de potência; a cada árvore selecionada para corte, três de menor diâmetro da mesma espécie devem ser deixadas; e caso não seja encontrada a quantidade de árvores para corte futuro em uma determinada espécie, somente pode ser explorada 50% das árvores selecionadas para corte desta espécie. Toda a madeira proveniente da área de manejo florestal é transportada com a nota fiscal estadual e o documento de origem florestal-DOF, que comprovam a legalidade da atividade.⁴⁵

Recentemente, em novembro de 2014, aconteceu em Brasília, o Seminário “Repactuação da Agenda do Manejo Florestal Familiar e Comunitário. Representantes dos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará estiveram presentes. Como resultado principal, os participantes construíram um documento, chamado “Carta de Brasília”, com reivindicações para a retomada dos debates em torno do Programa Federal do Manejo Florestal Familiar e Comunitário (MFFC). A falta de adequação do marco regulatório e a ausência de ações de fomento para promover essa modalidade de manejo florestal são desafios, segundo o documento. Mais de 40 representantes de ONGs e lideranças comunitárias assinaram o documento, que traz uma agenda mínima de prioridades e será endereçado aos Ministérios do Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário. A seguir, alguns pontos prioritários da Carta de Brasília:

1. Aprovação mínima de 20% de todos os Planos de Manejo Florestal Comunitário e Familiar protocolados nos órgãos ambientais federais e estaduais;
2. Lançamento de Edital do Fundo Amazônia, específico ao MFFC;
3. Promover ações de fiscalização em áreas de ocorrência de desmatamento e exploração ilegal.⁴⁶

4.1 Licença de Operação e Planos de Manejo Florestal de Pequena Escala

A obtenção da Licença de Operação (L.O.) visa o início das operações dos planos de manejo de pequena escala e é, na opinião da grande maioria dos entrevistados, o obstáculo mais difícil a ser ultrapassado pelos manejadores e detentores dos planos, que desejam trabalhar na legalidade. Ela envolve novas práticas de extração e serra, documentação a ser obtida pela internet, obrigatoriedade de acompanhamento de

⁴³ IMAZON. Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010. Disponível em <http://imazon.org.br/iniciativas-de-manejo-florestal-comunitario-e-familiar-na-amazonia-brasileira-20092010/>

⁴⁴ IMAZON. Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010. Disponível em <http://imazon.org.br/iniciativas-de-manejo-florestal-comunitario-e-familiar-na-amazonia-brasileira-20092010>. Acesso em 08/09/2015

⁴⁵ ADRIANO SILVA, Priscilla. Os desafios de implantação do manejo florestal nas comunidades da RDS do Rio Negro-AM. Dissertação de Mestrado, MPGAP/INPA, Manaus, 2014

⁴⁶ IDESAM. Organizações sociais e comunitários listam prioridades para Manejo Florestal. 10/12/2014. Disponível em <http://www.idesam.org.br/organizacoes-sociais-e-comunitarios-listam-prioridades-para-manejo-florestal>

engenheiro florestal para a realização dos inventários e acompanhamento dos planos de operação exploratórios, além de custos com taxas municipais e estaduais. Isso implica em desenvolver parceria entre órgãos de governo do Estado do Amazonas, organizações não – governamentais, empresas e instituições financeiras, que adotam o manejador, nas palavras do técnico do IDAM, provendo capacitação técnica e apoio financeiro até a obtenção da licença e a venda do produto.

Nos Planos de Manejo dentro de Unidades de Conservação, o proponente do PMFSPE deve apresentar documento de anuência emitido pelo órgão gestor, atestando que o mesmo está de acordo com o Plano de Gestão da UC. Na falta de Plano de Gestão aprovado, a Instrução Normativa 001/2009 vem permitindo que os moradores de Unidades de Conservação pratiquem atividades de corte de madeira sob regime de manejo sustentável. Com isso, é possível que os moradores de UCs não interrompam seu meio de sustento e suas práticas extrativistas.⁴⁷

O Plano de Gestão é o instrumento que guia as atividades da Unidade de Conservação, sejam elas direcionadas ao manejo dos ecossistemas ou a atividades de proteção. É ele quem dá a linha condutora da ação, indicando quais os rumos a serem seguidos pelos gestores, instituições parceiras, moradores, beneficiários e usuários daquele espaço protegido. No caso das RESEX (reserva extrativista), RDS e APA (área de proteção ambiental) é assegurada a ampla participação da população residente na elaboração e implementação do mesmo.

Apesar dos avanços na criação de áreas protegidas, ainda há muitos desafios para garantir sua consolidação e a proteção socioambiental efetiva. No caso das Unidades de Conservação, a metade (50%) não possui plano de manejo aprovado e grande parte (45%) não conta com conselho gestor.⁴⁸

Os conselhos gestores das unidades de conservação são espaços onde a sociedade civil e o governo dialogam sobre a UC e, em alguns casos, definem os rumos da implementação da mesma. A participação na composição do Conselho é feita pelas entidades que estão ligadas de alguma forma à questões daquele espaço protegido. Estes Conselhos têm se transformado em fóruns de discussão, em especial para as políticas públicas relativas às áreas envolvidas.⁴⁹

Segundo Higushi et al. (2013), apesar de todos os avanços observados desde a criação do SNUC, ainda há um longo caminho a percorrer, para que, de fato, os Conselhos se tornem verdadeiros espaços de gestão das Unidades de Conservação, onde serão definidas efetivamente as ações a serem implementadas naquela Unidade, com a indicação dos executores, não estando restritas apenas a ações do próprio órgão gestor. O fortalecimento das instituições participantes e das organizações comunitárias tem um papel fundamental nesse avanço.⁵⁰

O Plano de Gestão da RDS do Rio Negro está sendo elaborado pelo IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, com a participação de representantes das comunidades. Nele serão apresentados os diagnósticos socioeconômico e ambiental da unidade, além do detalhamento do planejamento, situação fundiária, caracterização dos fatores de vegetação, fauna e aspectos socioeconômicos e culturais⁵¹.

4.2 Organizações envolvidas com o Licenciamento Operacional dos PMFSPE

São as seguintes organizações:

SDS - Secretaria do Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas: estabelece as regras de como produzir a madeira licenciada por meio da Secretaria Executiva Adjunta de Florestas e Extrativismo - SEAF

ADS- Agencia de Desenvolvimento Sustentável: integra a SDS e contribui para o desenvolvimento econômico com base nos recursos minerais florestais e pesqueiros com foco na geração de renda ao pequeno agricultor florestal envolvidos com o extrativismo no Estado do Amazonas. É encarregada de efetuar a intermediação entre o produtor e o comprador visando a geração de renda para o extrativista.

CEMAAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas: reúne mais de 40 instituições, governamentais e não governamentais, representantes da sociedade civil para aprovação e deliberação das regras propostas pela SEAF.

⁴⁷ IDESAM. “IN para licenciamento de Planos de Manejo em UCs do Amazonas é publicada”. 5/11/2009. Disponível em <http://www.idesam.org.br/organizacoes-sociais-e-comunitarios-listam-prioridades-para-manejo-florestal>

⁴⁸ IMAZON. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira – avanços e desafios, 2011. Em http://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/livros/ares_protegidas_na_amazonia/1-resumo-pdf

⁴⁹ HIGUCHI, Maria Inês ; et al. Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo. Manaus : CNPq/FAPEAM, 2013

⁵⁰ HIGUSHI et al., 2013

⁵¹ IDESAM. Programa de Gestão das Unidades de Conservação. Disponível em <http://www.idesam.org.br/unidades-de-conservacao/>. 12/10/2015

CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação: Criado em 2007 pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação destina-se ao estabelecimento de políticas e programas de gestão em unidades de conservação.

IDAM – Instituto de desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas: órgão responsável por oferecer serviço de extensão florestal ao pequeno produtor sem nenhum custo, uma vez que é obrigatório no processo de licenciamento o acompanhamento por engenheiro florestal

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas: Na área de gestão ambiental, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) é uma autarquia estadual vinculada a SDS, tendo como finalidades a gestão ambiental, a implementação e a execução das políticas nacional e estadual de meio ambiente, atuando no Licenciamento e Fiscalização Ambiental das atividades potencialmente e efetivamente poluidoras e degradadoras do meio ambiente, bem como, as diretrizes e difusão da educação ambiental.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis : executa a política nacional de meio ambiente , concedendo ou não o licenciamento ambiental de empreendimentos em nível federal, além de realizar a fiscalização, o monitoramento e o controle ambiental.

A carência de recursos humanos do órgão de extensão IDAM, tem levado à participação de organizações do terceiro setor que acompanham a realização dos inventários e os processos de obtenção das licenças junto ao IPAAM, a saber:

IDESAM (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas) - organização não governamental sem fins lucrativos sediada em Manaus. Seus projetos estão distribuídos em 5 programas complementares: Mudanças Climáticas e REDD+ (PMC), Manejo Florestal (PMF), Gestão de Unidades de Conservação (PUC), Produção Rural Sustentável (PPRS) e Carbono Neutro (PCN). As pesquisas, estudos científicos e atividades de campo são implementados por uma equipe diversificada de profissionais e buscam contribuir para o debate na busca de soluções apropriadas para os desafios sociais e ambientais da Amazônia.⁵²

FAS - Fundação Amazonas Sustentável - tem a missão de promover o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e usuárias das unidades de conservação no Estado do Amazonas. Por envolvimento sustentável entendem ser o conjunto de processos participativos direcionados para a melhoria da qualidade de vida e fortalecimento das relações da sociedade com os ecossistemas locais, reconhecendo e expandindo seus laços e compromissos sociais, culturais, econômicos, espirituais e ecológicos com o objetivo de buscar a sustentabilidade em todas as suas dimensões.⁵³

A partir da aprovação da nova lei do Licenciamento Ambiental do Amazonas - Lei nº 3.785, de 24 de julho de 2012, é permitida a adoção da Licença Ambiental Única (que consiste em juntar os três tipos de licença – Prévia - LP, Instalação - LI e Operacional - LO) em uma única licença, aplicável às atividades de pequeno impacto ambiental, facilitando muito para os detentores de Plano de pequena escala.

O processo de obtenção da licença inicia com a escolha da área do plano pelos moradores das comunidades, que sabem das potencialidades do local aonde vivem e desenvolveram atividades de madeira. Após, passa-se à elaboração do inventário florestal pelos manejadores, em conjunto com um engenheiro florestal do órgão extensionista IDAM e a assessoria de ONGs que detêm capacitação técnica. O inventário consiste no mapeamento do potencial da floresta, identificando as características de cada árvore, nome da espécie, circunferência à altura comercial - até o primeiro grande galho - , coordenada da árvore no GPS e outras observações. A seguir as árvores são identificadas por uma pequena placa de alumínio com seu número.

O passo seguinte é a elaboração do Plano Operacional de Exploração – POE, realizado com os dados obtidos no inventário. Ele consiste na seleção das árvores aptas para exploração e as que ficarão como remanescentes, ou seja, que não possuem diâmetro e qualidade para a exploração e não serão derrubadas. Deve ser adotado o modelo definido na legislação do manejo de pequena escala do Estado do Amazonas (Resolução CEMAAM 7/2011).

Após o inventário e o plano operacional de exploração realizados, deve ser protocolado o requerimento da L.O. (licença de operação) pelo detentor do plano, pessoa física ou a associação da comunidade, com o endosso e a assinatura do responsável técnico, engenheiro florestal. Juntada a Guia de pagamento e a certificação de viabilidade ambiental, exigida por alguns municípios, como o de Iranduba, o manejador

⁵² IDESAM. Em <http://www.idesam.org.br/>

⁵³ Fundação Amazonas Sustentável. Em <http://fas-amazonas.org/a-fas/missao/>

detentor do plano efetua o protocolo da documentação no IPAAM. O prazo para aprovação pelo IPAAM da L.O. é de 120 dias, mas, normalmente, este prazo é superado, podendo chegar a um ano, quando identificadas exigências durante a vistoria no campo.⁵⁴

Além das práticas acima, a licença e a comercialização dos produtos envolvem os seguintes registros:

CAR – registro eletrônico obrigatório a todos imóveis rurais. É feito na internet e nele constam as informações ambientais da propriedade como Áreas de Proteção Permanente, Reserva Legal e áreas de uso para produção e benfeitorias.

DOF – Documento de Origem Florestal – registro eletrônico a ser realizado pela internet de controle de crédito de volume de madeira licenciado disponível para a comercialização. O volume só é credenciado quando o IPAAM licencia o plano através da licença de operação. O sistema é administrado pelo IBAMA, sendo necessário obter, junto a este órgão, um cadastro técnico federal, que atesta que o manejador possui crédito de madeira a ser comercializado.

Certificação Digital: realizada online, sendo necessária para a emissão da correspondente Nota Fiscal de venda da mercadoria.

A tramitação para a venda da madeira do plano de manejo exige os seguintes documentos:

- Contrato entre vendedor e comprador;
- Oferta no sistema realizada pelo vendedor (pode cancelar até a emissão da DOF);
- Aceite no sistema pelo comprador (pode cancelar até a emissão do DOF)
- Emissão da Nota Fiscal
- Emissão do DOF (discriminando espécie e volumetria), validade de 15 dias, necessário o número da Nota Fiscal
- Entrega do saldo físico, que passa para o pátio do comprador devidamente licenciado pelo IPAAM.

Destaca-se a importância de se elaborar um contrato entre o vendedor e o comprador, com previsão sobre a data para a disponibilização do produto, descrição da mercadoria detalhada, condições de pagamento, data da retirada pelo comprador, prazo de pagamento, entre outras questões.

No entanto, muitas vêm sendo aplicadas, decorrentes das tentativas de comercialização da madeira ilegal, haja visto a dificuldade de adesão às novas regras e a resistência de alguns moradores a se adaptarem. Os valores aplicados em multas em 2014, referentes às missões de fiscalização e a outras ações pontuais, totalizaram R\$ 1.881.041,05. Os principais delitos ambientais encontrados foram: operar atividade com potencial de impacto ao meio ambiente sem licença ambiental (28 casos); transporte de produtos e subprodutos florestais sem DOF (21); desmatamento sem licença (18); piscicultura e intervenção em APP (9 cada); fauna (6); areia (4); queimada e pesca ilegal (3 cada). Foram apreendidos motosserras (9), madeira (207,582 m³), caminhões (8) que transportavam madeira sem o Documento de Origem Florestal (DOF), animais silvestres (131), carne de caça e pescado (724 kg), embarcações (6), carvão (53,66 mdc) e mineral (2.100 m³).⁵⁵

Os municípios que mais tiveram autuações foram Manaus (52), Iranduba (12), Rio Preto da Eva (12) e Manacapuru (10). Deste modo, em maio de 2014, os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, localizados à margem esquerda do Rio Negro, e aonde está situada a RDS do Rio Negro, foram contemplados com o primeiro Posto de Controle Ambiental da Região Metropolitana de Manaus reforçando as ações de controle ambiental do Estado em suas fronteiras. Ele está localizado no Km 75 da Rodovia Manoel Urbano (AM-070), em Manacapuru, e foi construído com recursos provenientes da compensação ambiental do Gasoduto Coari-Manaus.⁵⁶

O objetivo é assegurar a presença permanente dos órgãos ambientais na região que está experimentando um momento expansionista após a implantação da Ponte Rio Negro, que facilitou a ligação entre a capital e esses municípios. O Posto de Controle Ambiental atua como um facilitador na parte de licenciamento e fiscalização, além de propiciar ações de educação ambiental, construindo um processo de valorização da fauna e daqueles empreendedores e produtores rurais que estão na legalidade.

⁵⁴ IPAAM. Manual de Licenciamento Ambiental. Em <http://www.ipaam.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/MANUAL>

⁵⁵ GLOBO.COM. Operação contra crimes ambientais aplica R\$ 18 milhões em multas no AM. 08/04/2015. <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/04/operacao-contra-crimes-ambientais>

⁵⁶ Governo do Amazonas inaugura em Manacapuru primeiro posto de controle ambiental da Região Metropolitana de Manaus. 15/05/2014. Em <http://www.amazonas.am.gov.br/2014/05/>

Foram concedidas no Estado, até outubro de 2014, cerca de 3.281 licenças ambientais, um aumento de aproximadamente 4,92% em relação ao mesmo período de 2013. De outubro 2011 a outubro 2014 foram emitidas 10.734 licenças ambientais em todo o Estado, com uma média anual de 2.684. Sabe-se que existem muitos requerimentos aguardando.

O bom manejo florestal é considerado a melhor solução para a exploração racional da madeira e de outras riquezas não madeireiras, uma vez que contribui para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando os mecanismos naturais de sustentação da floresta e de seus serviços ambientais (Uehara et al., 2011). Além disso, o manejo florestal valoriza terras e tem a perspectiva de gerar benefícios econômicos por meio do uso múltiplo da floresta, créditos de carbono e pagamento por serviços ambientais.

V. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro é uma Unidade de Conservação (UC) estadual, criada em dezembro de 2008 e localizada no baixo rio Negro, no Amazonas, entre os municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão, a 200 km de Manaus. O órgão gestor da RDS é o CEUC-Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas.

A RDS do Rio Negro é uma das seis Unidades de Conservação (UCs) do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN), no Amazonas, que inclui as seguintes UCs: Paresí Rio Negro - Setor Norte, RDS Puranga Conquista e RDS Rio Negro (estaduais); e Parna do Jaú, Parna Anavilhanas e Resex Unini (federais).⁵⁷

Esta região do Baixo Rio Negro é caracterizada por alta diversidade biológica e sociocultural e abrange 11 unidades de conservação. Toda a região do Baixo Rio Negro engloba partes de seis diferentes municípios do Estado do Amazonas (Manaus, Novo Airão, Iranduba, Manacapuru, Barcelos e Presidente Figueiredo), num total de 7.412.849 hectares.

O acesso a RDS Rio Negro se dá por via fluvial, pelo Rio Negro, partindo-se de Novo Airão ou de Manaus. A UC se localiza a 16 km de Novo Airão e a 46 km de Manaus em linha reta. O trecho Manaus-Novo Airão pode ser feito pela estrada asfaltada AM-070, trecho Manaus-Manacapuru, e pela AM-352, trecho Manacapuru-Novo Airão.

Nesta RDS residem 19 comunidades, distribuídas em área de 102.978,83 hectares, sendo que as principais atividades econômicas são a agricultura, o turismo e o manejo florestal madeireiro. As 19 comunidades que integram a RDS do Rio Negro, inseridas nos municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru, são as seguintes: Terra Preta, Santo Antônio do Acajatuba, Tumbira, Carão, Santa Helena, Saracá, Camará, São Tomé, São Francisco do Bujarú, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora de Fátima, Nova Aliança, Marajá, Nova Esperança, Tiririca, Santo Antonio, 15 de Setembro, Nossa Senhora da Conceição e Terra Santa. A população local é principalmente de agricultores (pequeno proprietário rural ou posseiro), sendo estimada em torno de 950 famílias.

A RDS do Rio Negro é reconhecida pelo seu potencial turístico, uma vez que é composta por lagos, praias e uma fauna endêmica dos rios Negro e Solimões.⁵⁸ Com apoio da Fundação Amazônia Sustentável, está sendo desenvolvido o Turismo de Base Comunitária, que inclui passeios por três empreendimentos liderados por ribeirinhos no município de Iranduba (74 km de Manaus).

Na comunidade Santo Antônio, a 40 minutos de Manaus, os turistas podem nadar com os botos e interagir com o pirarucu, um dos peixes mais famosos da Amazônia. O espaço 'Recanto dos Botos' recebe diariamente visitantes de vários lugares do mundo, com um preço que varia entre R\$ 15 e R\$ 25. Na comunidade do Tumbira, há o serviço de hospedagem para turistas na Pousada Garrido, empreendimento gerenciado por ribeirinhos. Na comunidade Santa Helena do Inglês está a Pousada Vista Rio Negro, construída por ribeirinhos com recursos do Programa Bolsa Floresta (PBF). A pousada conta com oito quartos para quatro pessoas cada. Ver Quadros VI e VII.

⁵⁷ ISA- Instituto Socioambiental. Mosaico do Baixo Rio Negro. Disponível em <http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rio/depoimento-o-mosaico-do-baixo-rio-negro>. Acesso em 10/09/2015

⁵⁸ ISA- Instituto Socioambiental. Disponível em <http://uc.socioambiental.org/uc/5522>

QUADRO VI – Localização dos planos de manejo na RDS Rio Negro



QUADRO VII: Dados dos municípios da Região Metropolitana de Manaus

Dados dos municípios da Região Metropolitana de Manaus			
Município	Área (km²)	População (2010)	PIB (2008)
Careiro da Várzea	2 631,128	23 963	101 246,807
Irاندuba	2 215,033	49 637	168 051,636
Itacoatiara	8 891,993	86 840	822 214,607
Manacapuru	7 329,234	85 144	372 365,834
Manaus	11 401,058	1 802 525	38 116 495,350
Novo Airão	37 771,246	14 780	41 705,570
Presidente Figueiredo	25 422,235	27 121	279 052,842
Rio Preto da Eva	5 813,197	25 758	123 765,404

Fonte: Região Metropolitana de Manaus. Em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Iranduba>. Acesso em 15/10/2015

Como visto, a RDS Rio Negro está no perímetro metropolitano de Manaus, situada entre os três Municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão. Estes situam-se próximos à capital Manaus e destacam-se pela exploração do turismo, artesanato, pesca, agricultura e madeira, como pode-se melhor observar a seguir.

MUNICÍPIO DE IRANDUBA

A Região metropolitana de Manaus é formada por oito cidades e uma delas é Iranduba. O município é o mais próximo à Manaus e seu acesso é realizado através da Ponte Rio Negro. O município de Iranduba está situado à margem esquerda do Rio Solimões, na confluência deste com o Rio Negro, ao sul da capital do Amazonas, Manaus, da qual dista, 22 quilômetros.

Pertencente à Região Metropolitana de Manaus, mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de Manaus, o município de Iranduba, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma população de 45.984 habitantes em 2015, o que o coloca como o décimo-primeiro município mais populoso do estado.

O município de Iranduba surgiu como um dos núcleos populacionais que apareceram na periferia de Manaus a partir da implantação da Zona Franca e do Distrito Industrial, que reativaram a economia, até então estagnada após o enfraquecimento do período da borracha. A passagem para município autônomo aconteceu em 1981. Um dos destaques de Iranduba, é o fato de o mesmo ser o único localizado hoje entre os

rios Negro - de águas escuras e praias de areia branca - e Solimões - água barrenta e possuidor de rica vida animal. Junto com o município de Rio Preto da Eva, Iranduba participa da rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), um programa coordenado pelo Governo Federal, por meio dos ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário (IBGE,2015).

A localização do município permite a existência de dois ecossistemas diversos, e se, na orla do Rio Negro, figuram paisagens paradisíacas, praias, cachoeiras e florestas abundantes, ao longo do rio Solimões descortinam-se extensas áreas de várzea com atividades agrícolas, e pesqueiras.⁵⁹

Iranduba é o município amazonense com maior número de sítios arqueológicos registrados, com mais de 100 sítios. Desde 1995, é desenvolvido no município o Projeto Amazônia Central (PAC), coordenado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - Mae/Usf, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas, com trabalhos de escavação, formação de profissionais técnicos e educação patrimonial.

Iranduba abriga dois dos principais polos de produção de artesanato do Estado do Amazonas: as comunidades dos lagos Januari e Acajatuba. No primeiro, há vários flutuantes, onde diversos artesãos expõem seus trabalhos, entre eles, lindas peças entalhadas em madeira, cocares, pulseiras e brincos. O lago possui ainda um restaurante e serviços de guias para receber os visitantes.⁶⁰

A agricultura é baseada principalmente no cultivo de produtos como milho, arroz, mandioca, maracujá, repolho, pepino, couve, alface, coentro, feijão de metro, melancia, pimentão, tomate, mandioca, milho, feijão, maracujá, citros e mamão havaí. Na pecuária, predomina o gado bovino, nos tipos nelore (corte), girolândia (leite) e misto (corte/leite). Na avicultura, a atividade é voltada para o consumo interno, com criação de galinhas e frangos.

O extrativismo vegetal é uma atividade tradicional no município através da extração de produtos como madeira, e os subprodutos são aproveitados como lenha para olarias e padarias. Na hortifruticultura, é realizado o cultivo de repolho, tomate, alface, coentro, pepino e de frutas como maracujá, melancia e mamão havaí. No setor industrial, desenvolvem-se atividades de olarias, serrarias, frigoríficos, laticínios, panificadores. No setor de serviços há hotéis, pensões, mercado municipal, matadouro municipal e feira. O setor de comércio é também bastante desenvolvido.

A população tem no pescado a sua principal fonte de alimentação. No período de maio a novembro ocorre uma grande abundância, e o excedente é comercializado nos mercados e feiras. Há criadouros de tambaqui em açudes, organizados pelas comunidades de produtores.⁶¹

MUNICÍPIO DE MANACAPURU

A cidade de Manacapuru, fundada em 15/02/1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785. Nessa época, existia à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do Manacapuru, uma feitoria de pesca denominada Caldeirão, cuja produção abastecia a guarnição militar sediada em Barcelos, sede da Capitania. Em 1894, pela Lei Estadual n.º 83, Manacapuru é elevada à categoria de vila e é criado o município, desmembrado do município de Manaus.⁶²

A localidade nasceu com a chegada dos colonizadores portugueses, atraídos pela diversidade de recursos naturais da região. A cidade detém um rico patrimônio arquitetônico ao longo da avenida Eduardo Ribeiro, onde as construções coloniais são marcas dos tempos áureos do ciclo da borracha, como o prédio da Maçonaria (1897) e o da Restauração (1898), a igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré e a sede da Prefeitura (1934), além da Casa de Cultura e o Fórum, do início da década de 30.

Ocupa uma área de 7.329,2 km² e sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 94.175 habitantes em 2015, sendo o quarto município mais populoso do estado do Amazonas e o segundo de sua microrregião. A antiga aldeia indígena está localizada na margem esquerda do rio Solimões e tem na pesca um de seus meios de subsistência.

⁵⁹ IBGE. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/iranduba.pdf>. Acesso em 12/09/2015

⁶⁰ Portal Iranduba. Disponível em <http://portaliranduba.com/src/municipio.php>

⁶¹ Idem, ibidem

⁶² IBGE. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php>

Carinhosamente chamada de "Princesinha do Solimões", Manacapuru está distante de Manaus, 84 quilômetros por rodovia e 88, por via fluvial. Sua economia é baseada na agricultura, extrativismo vegetal e pesca. A elevação à categoria de cidade se deu em junho de 1932, pelo Ato nº 1639. Em 10 de dezembro de 1981, diversas partes do território foram desmembradas em favor dos municípios de Iranduba, Beruri, Manaquiri, Anamá e Caapiranga.⁶³

MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO

O município de Novo Airão é conhecido por suas praias fluviais de areias brancas e pela fabricação de barcos. Destaca-se pela beleza da cidade e riqueza natural. Debruçado à margem do Rio Negro, um dos mais ricos e importantes ecossistemas da Amazônia, Novo Airão pertenceu a Manaus até 1955, quando se desmembrou da capital do estado.⁶⁴

A origem da cidade de Novo Airão remonta ao ano de 1668, quando Pedro da Costa Favela, no comando de uma tropa de resgate e o frei Teodósio da Veiga, da Ordem das Mercês, vieram ao rio Negro e fundaram nas proximidades do riacho Aruim, uma povoação que, anos mais tarde, foi transferida para a foz do rio Jaú, com o nome de Santo Elias do Jaú. Foi elevada à categoria de lugar em 1759, com a denominação de Airão, pelo governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas.

Novo Airão está localizada à margem direita do rio Negro, a uma distância de Manaus de 115 km em linha reta e 143 km por via fluvial. Limita-se com os municípios de Presidente Figueiredo, Manaus, Iranduba, Manacapuru, Caapiranga, Codajás e Barcelos.

Pertencente à mesorregião do Norte Amazonense e microrregião de Rio Negro, localiza-se a oeste de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 180 quilômetros. Ocupa uma área de 37 771 246 km²[2] e sua população, contada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, era de 17 671 habitantes,[3] sendo assim o quadragésimo nono município mais populoso do estado do Amazonas e o menos populoso de sua microrregião.

As comunidades que integram o município de Novo Airão são as seguintes: Comunidade Igarapé Açú, Marajá, Santo Antônio, Tiririca, Sobrado, Madadá, Santo Elias, Airão Velho, Caioézinho, Bacaba, Tambor, Unini, Igarapé Preto, e Cantagalo.

As atrações turísticas do município vêm das águas dos rios, lagos e igarapés. A presença de turistas na cidade tem crescido gradativamente. Eles chegam curiosos para conhecer os animais símbolos da região: Boto-Cor-de-Rosa e Peixe Boi. Para vê-los, basta ir ao Parque Nacional do Jaú, maior parque do Brasil e segundo da América do Sul, de acordo com o órgão de turismo do estado.

Uma das principais fontes de renda dos moradores locais, o artesanato de Novo Airão é considerado de ótima qualidade. A Associação dos Artesãos de Novo Airão (Aana), conta com diversos membros que produzem suas peças (tapetes, cestos, peneiras e luminárias, entre outros) em fibras vegetais como a arumã, cipó, ambé, tucumã, piaçava e cipó titica. Os objetos podem ser encontrados na sede da associação ou em lojas espalhadas pelo município. Objetos esculpidos em madeira, como pequenos animais e chaveiros, também são destaques no comércio local.

No município de Novo Airão se encontra a Estação Ecológica de Anavilhanas, um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo, com cerca de 400 ilhas, centenas de lagos, rios, igarapés e diversas espécies de vegetais e animais. O local é o paraíso dos biólogos e ecologistas. A água é o recurso natural mais importante da Amazônia e a força que ela tem é tanta, principalmente em Anavilhanas, que o local é visitado durante a cheia, de novembro a abril, e na seca, de maio a outubro.

⁶³ PORTAL DA AMAZÔNIA. Em: <http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=104>

⁶⁴ "Novo Airão, município do Amazonas". Em www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna

5.1. Características da População da RDS do Rio Negro

Segundo Higushi et al. (2013), as Unidades de Conservação na Amazônia são constituídas por povos e comunidades tradicionais, considerando suas formas de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais, os quais são voltados principalmente para a subsistência e uso intensivo de mão-de-obra familiar e de base sustentável.⁶⁵ Dominam os conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, representados pelas observações, experiências e métodos relacionados a muitos setores da vida dos povos e comunidades tradicionais. São considerados o método mais antigo de produção de teorias, experiências, regras e conceitos, ou seja, a forma mais antiga de ciência. Estes abrangem línguas, técnicas de artesanato, ciclo de plantas, biodiversidade e ecossistemas, saberes de cura com o uso de substâncias naturais, produção de expressões artísticas, cantos, danças e rituais.⁶⁶

Na maioria das UCs, a organização social se dá de forma tradicional, concretizada por meio de instituições como as igrejas, as escolas, as associações e, mais recentemente, os conselhos gestores (Consultivo ou Deliberativo). Os meios de sociabilidade podem ser exemplificados pelas festas religiosas e ainda pelas associações comunitárias. Os moradores buscam a organização social através das instituições para promoverem o desenvolvimento local, uma vez que sem estas, eles muitas vezes não têm a força necessária para efetuar proposições e requisições.⁶⁷

A maioria das famílias residentes nas UCs se estabeleceu nas localidades há pelo menos três gerações, quando os avós chegaram à região em busca de trabalho e melhores condições de vida do que a do nordeste ou em outras regiões da Amazônia. Embora essa característica esteja presente, não raro encontram-se famílias recém-chegadas na localidade. Ainda assim, essas pessoas têm algum elo de parentesco com os residentes, ou por casamento com pessoa da localidade, ou convite de algum amigo ou parente.⁶⁸ Os residentes das UCs vivem em pequenas comunidades espalhadas ao longo dos rios e igarapés, com número médio de 23 famílias por comunidade da RDS Rio Negro.⁶⁹

O tipo comum de construção utiliza madeira e cobertura de telha de amianto ou alumínio, embora ainda existam casas feitas de resíduos de madeira com barro e cobertas com palha. No entanto, existem algumas casas mistas, isto é, parte de madeira com algum cômodo de alvenaria, como, por exemplo, o banheiro. A madeira utilizada para a construção das casas provém da própria floresta. Em alguns casos, a madeira foi enviada pelo INCRA como parte do programa de apoio à construção de moradias nas UCs.

Em geral, a energia elétrica existente nas localidades visitadas é proveniente de motor gerador de energia (“motor de luz”) de uso comunitário, que funciona à base de óleo diesel. Alguns moradores possuem seu próprio gerador, seja pela comodidade ou pelo fato de morar distante da sede onde há mais moradores que podem compartilhar o motor comunitário. Os horários e a duração do funcionamento do motor de luz são decididos pelos próprios moradores, sendo a energia utilizada para iluminação noturna e principalmente para assistir TV. Geralmente os geradores de luz são ligados nas primeiras horas da noite (entre 18h e 21h) e nos fins de semana ficam ligados a partir da tarde, nos horários dos jogos de futebol. Em ocasiões especiais (festejos e outras comemorações), o uso da energia é mais prolongado para uso do som e música.⁷⁰

Devido às mudanças promovidas com a criação da Reserva, hoje as comunidades vivem uma realidade melhor, saindo do estado de abandono. Houve melhorias no âmbito da saúde e da educação e maior diversidade de atividades econômicas, como artesanato, turismo ecológico com botos, agricultura familiar e pesca, entre outros (Priscilla Adriano, 2014)⁷¹.

⁶⁵ Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo /Organizadores: Maria Inês Higuchi, Camila Carla de Freitas, Niro Higuchi. Manaus : CNPq/FAPEAM, 2013

⁶⁶ MOREIRA, Eliane. Conhecimento tradicional e a proteção. T&C Amazônia, Ano V, Número 11, Junho de 2007. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 18 de setembro de 2014. Apud Resistência das comunidades através da tradição/ Daniel Pinheiro Viegas, Fabiano Buriol. Manaus, AM: UEA Edições; PnCSA, 2014.

⁶⁷ Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo /Organizadores: Maria Inês Higuchi, Camila Carla de Freitas, Niro Higuchi. Manaus : CNPq/FAPEAM, 2013

⁶⁸ Idem, ibidem

⁶⁹ Idem ibidem

⁷⁰ Idem, ibidem.

⁷¹ ADRIANO SILVA, PRISCILLA. Os desafios de implantação do manejo florestal nas comunidades da RDS do Rio Negro-AM Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia MPGAP/INPA, Manaus, Junho 2014

VI. PROJETO MANEJAR PARA CONSERVAR NA RDS DO RIO NEGRO

“Antes eu era madeireiro ilegal, usava isso para sobreviver. Com o projeto aprendi a ver outras alternativas, a cuidar do lugar onde vivo, a pensar nos meus filhos. Mais do que qualidade de vida, hoje temos uma visão de futuro”⁷². (José Roberto, presidente da Associação das Comunidades Sustentáveis da Reserva do Rio Negro - ASCRN)

O contexto de exploração ilegal de madeira, a baixa remuneração pelo trabalho, o pouco apoio institucional, a inexistência de assistência técnica, o risco de acidentes de trabalho, o desperdício da madeira, as dificuldades de escoamento da produção, os encargos tributários, as multas por infrações ambientais e a extinção de espécies nativas são os fatores que levaram à urgência de um projeto que oferecesse aos comunitários das Reservas de Desenvolvimento Sustentável os recursos para a solução desses desafios.

Para o desenvolvimento do Projeto Manejar para Conservar, em 2012, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) fez uma parceria com o Instituto Camargo Corrêa (ICC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Amazônia e a Associação das Comunidades Sustentáveis da RDS do Rio Negro (ACSRN). O Projeto Manejar para Conservar foi apoiado pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae-AM) e a Associação de Moradores da RDS Rio Negro.

A estratégia do projeto Manejar para Conservar foi apoiar a população local na exploração sustentável e legal da madeira, por meio de parcerias com organizações governamentais e não governamentais. Na primeira fase de atividades, a FAS esteve em oito comunidades e ouviu as opiniões dos moradores com interesse no manejo. As experiências e os anseios dos comunitários foram os direcionadores de todas as etapas do projeto. Após os encontros com a população e a análise das aptidões de trabalho, as lideranças comunitárias elegeram a aplicação dos recursos na exploração sustentável da madeira, conferindo padrões mínimos de segurança de trabalho e conservação ambiental a partir do manejo sustentável de madeira.

O Projeto Manejar para Conservar iniciou com o apoio do Instituto Camargo Correa, do BNDES e da própria FAS, da seguinte forma: ICC: R\$ 105.4000,00 ; BNDES/Fundo Amazônia: R\$ 305.666.10 ; FAS: R\$258.750,00 ; Total: R\$ 669.816,10 (a valores de 2012).

O orçamento para realização do projeto previu:

- A implantação e estruturação de marcenaria
- Aquisição de barco para o transporte da madeira
- Aquisição de lancha com motor
- Realização de Inventários Florestais
- Consultoria para Plano de Negócio
- Consultoria para a certificação da madeira do plano de manejo florestal de pequena escala;
- Incremento de renda
- Acesso e gerenciamento de capital de giro
- Capacitações

⁷² Fundação Amazonas Sustentável, Relatório Anual, Manaus, 2014

Para viabilizar a iniciativa, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) realizou os inventários florestais e elaborou os planos de manejo, que foram submetidos ao licenciamento ambiental junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). Foram elaborados 14 Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (PMFSPE). Com isso, o potencial madeireiro passou de 3.248,5 m³ para 4.848,5 m³ de madeira bruta, com um total de 53 espécies florestais.

No projeto, houve a instalação e o licenciamento de uma pequena marcenaria, que opera também como oficina-escola para a formação de profissionais marceneiros entre os membros das comunidades licenciadas. A marcenaria possibilita baratear os custos para aquisição de materiais e construção de infraestruturas comunitárias, ampliando as oportunidades de uso da madeira legal com valor agregado e incentivando a participação de mais famílias na cadeia produtiva da madeira, além de possibilitar outras iniciativas empreendedoras dos ribeirinhos.

No ano de 2011, algumas comunidades iniciaram a primeira exploração da madeira manejada, concluindo os trabalhos no ano seguinte. A partir do quarto trimestre de 2012, iniciaram os processos de renovação das licenças de operação. A segunda exploração foi iniciada no segundo trimestre de 2013.⁷³

Em fevereiro de 2015, foi iniciado o processo de certificação florestal da madeira manejada. E foi realizada uma oficina voltada à certificação de madeira. O objetivo da capacitação foi discutir com os manejadores e as lideranças comunitárias a viabilidade da certificação do *Forest Stewardship Council (FSC)* para a produção madeireira, e avaliar o desempenho das atividades do projeto. A ação foi realizada na comunidade Tumbira, no município de Iranduba.⁷⁴

A oficina orientou os 28 manejadores do Projeto sobre as vantagens da adoção de boas práticas do manejo florestal e da madeira certificada, que trazem competitividade na comercialização e abrem possibilidades em vários mercados, por gerarem maior valor agregado. A certificação vem sendo desenvolvida pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). O objetivo da certificação é aperfeiçoar o manejo de madeira em pequena escala, cumprindo um conjunto de requisitos de controle e segurança na atividade.

As entrevistas com os manejadores permitem concluir que a certificação, apesar de entendida quanto a seus propósitos, deve ser precedida das seguintes etapas:

- Agilidade dos procedimentos burocráticos para a obtenção das licenças operacionais dos planos, pátios dos compradores e movelarias nas comunidades, visando aumento da escala;
- Exploração do potencial de venda de produtos da madeira e subprodutos intracomunidades e nos municípios vizinhos, garantindo mercado local mais estável;
- Formação de gestores para a elaboração de planos de negócios e equipe de vendas dos produtos do plano de pequena escala;

Os pré-requisitos para a obtenção da certificação, como, por exemplo, não usar óleo queimado como combustível para as motosserras, adotado entre os manejadores por razões de custo, pode indicar que esta seja uma estratégia ainda prematura. A escolha de local adequado para a instalação da marcenaria certificada seria um outro exemplo. Caso a localização seja próxima da área de convívio, escola e moradias, o barulho interfere na qualidade de vida dos moradores, mas, por outro lado, a distância pode afastar o morador interessado, prejudicando o Projeto.

Segundo o gestor do Projeto na FAS, a obtenção da certificação facilitaria as vendas de madeira e móveis para outras capitais do país e para o exterior. Iniciar a produção da forma certa é importante, porém as vendas firmes a municípios de outras regiões do país e as exportações são parte de um cenário ainda distante para o manejador de pequena escala. Portanto, a certificação pode ser vista como mais um complicador. A adaptação ao novo processo de extração de madeira legalizada seria um primeiro caminho a ser trilhado, com muitas batalhas a serem vencidas até que a exploração florestal alcance, em sua integridade, as boas práticas de manejo exigidas pela certificação socioambiental.

Das metas iniciais estabelecidas e transcritas acima, duas foram alteradas com a identificação de outras prioridades. O barco para o transporte da madeira foi substituído por uma balsa, considerada mais adequada para navegar pelos igarapés, e a lancha com motor foi substituída por um trator ou girico, como é chamado pelos ribeirinhos. O trator serve para o transporte da madeira pelo ramal até o igarapé mais

⁷³ ADRIANO SILVA, Priscilla, 2014

⁷⁴ Fundação Amazonas Sustentável. "Oficina discute certificação de madeira manejada na RDS Rio Negro. 18/03/2015. Disponível em <http://fas-amazonas.org/2015/03/oficina-discute-certificacao-de-madeira-manejada-na-rds-rio-negro/>

próximo, evitando que seja carregada nas costas pelo manejador. A capacidade do trator é de 4 toneladas de madeira, o que facilita muito o trabalho.

É importante ressaltar que qualquer alteração nas rubricas do orçamento passa pela aprovação dos comunitários em assembleia convocada para tal. É praxe dos técnicos do BNDES visitarem a comunidade antes da aprovação da alteração de rubricas, a fim de constatar a necessidade.

Como assinalado, a marcenaria está licenciada e em pleno funcionamento na comunidade do Tumbira. É gerida por liderança jovem local, que realizou o curso de capacitação em marcenaria. Hoje, fabricam móveis, cadeiras, mesas, armários e vendem entre as comunidades vizinhas. Além da capacitação para a fabricação de móveis, foram realizados pelo SEBRAE cursos sobre exploração de baixo impacto, manejo florestal, gestão de uso de capital de giro e formação de preço.

Outra iniciativa do Projeto é o programa de gestão de capital de giro. Verificada a dificuldade de iniciar a extração da madeira sem um mínimo de recursos financeiros voltados para a obtenção de combustível, compra de mais uma máquina, contratação de pessoal, entre outras despesas operacionais, o BNDES disponibilizou 20 mil reais, distribuídos entre 10 planos de manejo, na forma de empréstimo para capital de giro.

Foi estipulado um prazo de pagamento de 90 dias para a devolução da quantia sem juros. A não devolução implica em prazo de carência de mais 30 dias, sendo devida uma justificativa para tal e cobrado 1% de juros. Esta é classificada de penalidade leve. Uma vez não efetuado o pagamento nos 30 dias de prazo de carência, os representantes do plano dispõem de limite de tolerância de mais 60 dias e a penalidade passa a 2% de juros. Não realizado o pagamento dentro do prazo de tolerância, os manejadores perdem a prioridade de uso das máquinas - trator e balsa. Essa é uma penalidade gravíssima, que leva à perda do direito de acesso ao programa de capital de giro. Três dos 10 planos que receberam o capital de giro efetuaram os pagamentos no prazo acordado, com destaque para as comunidades Camará e Inglês, que tiveram receita líquida de 30 mil reais, sendo 15 mil reais com a venda de madeira. As demais efetuaram pagamento parcial, ou ainda não pagaram, mas não existe nenhum caso de penalidade gravíssima.

As regras e infrações do programa de gestão de capital de giro foram acordadas pelos comunitários manejadores em reuniões com representantes do SEBRAE, quando as oficinas sobre gestão de capital de giro foram realizadas.

Foram várias as capacitações, desde o uso de bússola e de GPS na mata, o corte seguro de árvores, a realização de inventários e o uso da roupa apropriada. A bússola, por exemplo, vem sendo usada com êxito até na construção de casas. Entretanto, segundo o gestor, a demora na renovação dos Planos junto às esferas do governo é um sério obstáculo para a fixação das novas práticas de manejo pelos moradores, uma vez que os longos intervalos levam ao esquecimento e à necessidade de novos cursos.

Outras oficinas de capacitação foram realizadas sobre planejamento, formação de preços, técnicas para negociação da madeira, elaboração de plano de aplicação de capital de giro, legislação, técnicas para boas práticas de extração de madeira, manuseio do Documento de Origem Florestal (DOF), emissão de Nota Fiscal para venda da madeira e documentos necessários para o transporte. Os cursos foram realizados em Tumbira, e ministrados pelas organizações CEUC, IPAAM, IDAM e FAS.

Os cursos, os workshops de orientação e as reuniões possibilitaram que os manejadores transitassem do cenário rígido do “não pode” para o “como pode”, ou seja, do convívio com uma linguagem cerceadora, para outra que acena com um horizonte de possibilidades e expectativas positivas aos que se adaptarem às mudanças. Já existem ideias sobre iniciativas de manejadores de planos situados em comunidades de turismo que pretendem promover trilhas com turistas, tendo como chamari: “Aqui tem Manejo”.

Segundo os dados dos processos de manejo protocolados no IPAAM, na Reserva do Rio Negro existe um plano cuja licença está vigente, nove planos aguardando a renovação da licença e oito pedidos de realização de inventários. No total, são 1.029 árvores licenciadas para o corte, correspondendo a uma capacidade produtiva de 3.252 mil metros cúbicos de madeira. Para mil árvores licenciadas, existem 5 mil em pé, que não podem ser derrubadas. O volume total negociado nos planos de manejo aprovados é de 789.520 metros cúbicos, tendo gerado renda bruta de R\$ 342.855 e despesas de R\$ 134.095. Com exceção da comunidade de Santo Antonio, os demais planos foram superavitários. Do total de 14, cinco conseguiram explorar e comercializar a madeira licenciada, e nove realizaram apenas parte da exploração, mas devido à demora em efetuar a venda, o período da Licença de Operação expirou e não houve a comercialização.

Depreende-se das conversas com o gestor na FAS, o Projeto Manejar para Conservar vem contribuindo com a extração de madeira legalizada e a cidadania do morador, ao apoiá-lo na busca pela legalidade, no reconhecimento de seus direitos e na valorização do meio ambiente. Por um lado, os microempreendedores sabem como e a quem recorrer, por outro, adquiriram consciência ambiental, com muitos demonstrando preocupação com o desmatamento sem controle. Percebe-se que está claro para o morador da Reserva o papel de cada instituição envolvida no processo de obtenção do licenciamento, como FAS, IDAM, IPAAM. Trabalhar na legalidade para a maior parte dos entrevistados significa “trabalhar em paz”, gerando fortalecimento da autoestima e orgulho de seu ofício.

Deste modo, o incremento da renda com a atividade madeireira não é o maior benefício do projeto, uma vez que os microempreendedores se encontram em fase de transição para as novas práticas. Contudo, percebe-se que a adesão aos Planos e ao Projeto legitima suas atividades frente à sociedade civil, na qualidade de protetores da floresta e prestadores de serviço ambiental, preservando espécies de madeira em extinção e promovendo o desenvolvimento sustentável. Desse modo, o projeto Manejar para Conservar é fundamental para a consolidação dos referidos ganhos ligados à cidadania, que são o alicerce para o fortalecimento da autonomia do microempreendedor florestal.

Para Marilson, gestor da FAS, este é um processo em construção e o manejador ribeirinho caminhou muito na direção da legalidade, mas ainda há metas a alcançar, visando o aprimoramento da política de manejo de pequena escala, que em sua opinião deve contemplar:

- ✓ A aprovação de Planos de Manejo de Pequena Escala permitindo a extração em volumetria maior do que os atuais 0.86 metros cúbicos por hectare ao ano, tornando o negócio da madeira mais viável para o manejador, considerando os custos envolvidos;
- ✓ Aprimoramento do programa PROMOVE, incentivado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ Políticas de incentivo a intensificação do comércio intracomunidades ou entre municípios vizinhos, por meio do licenciamento de maior número de movelarias e depósitos de madeira serrada na reserva;
- ✓ Política pública tornando obrigatória a aquisição de quantidade de madeira de planos de manejo florestais de pequena escala, em obras públicas ou realizadas por meio de parcerias público privadas;
- ✓ A aquisição de número maior de serrarias portáteis que permitam o beneficiamento da madeira;
- ✓ Capacitação de moradores das comunidades da Reserva para a profissionalização, visando a elaboração de inventários, obtenção de licenciamentos e venda da madeira, sendo remunerados para tal. Dessa forma, os técnicos do IPAAM e do IDAM restringiriam suas funções à homologação e avaliação dos Planos, reduzindo os prazos para a obtenção das licenças de operação.

VII . A PERSPECTIVA DOS MANEJADORES E DOS GESTORES

As visitas para a pesquisa foram realizadas no período da “seca”, em outubro de 2015, quando não se realiza a extração, dada a dificuldade de acesso pelos igarapés às áreas reservadas para a derrubada das árvores. As conversas foram realizadas nas moradias, varandas ou em áreas comuns da comunidade, na sombras das árvores, dado o forte calor. Foram realizadas em grupos, sendo essa a forma preferida pelos moradores, e com base em um roteiro de perguntas anteriormente acordadas com a coordenação do Projeto. As tentativas de realização de entrevistas individuais dentro das casas enfrentou o obstáculo do calor e a retração dos entrevistados, que pareciam sentir-se mais “à vontade” para opinar e conversar na presença dos demais familiares ou moradores e manejadores.

O gestor representante da FAS promovia os encontros, afastando-se em seguida do local das entrevistas, liberando os entrevistados de possíveis constrangimentos. As conversas em grupos foram conduzidas por três pesquisadores - um economista, uma psicóloga e uma pesquisadora da área do direito e do desenvolvimento sustentável. Foram visitadas, por dia, três comunidades nos arredores da base escolhida pelo gestor da FAS, Tumbira, e as conversas e as entrevistas tinham duração de aproximadamente duas horas com cada grupo de moradores. Os moradores demonstravam interesse em fazerem-se ouvidos e vistos por pessoas de fora, dando voz às suas sugestões de aprimoramento das políticas públicas voltadas para as Unidades de Conservação, em especial a que instituiu os planos de manejo de pequena escala.

A população relata ter renda mensal em média de 500 reais. A maioria não anseia por riqueza, mas por maior acesso a infraestrutura de transporte, saúde e educação, ainda precários, especialmente em algumas comunidades. Declaram que o manejo da madeira legal pode render em média 2 mil reais em um mês de trabalho, o que contribui para o sustento da família por 4 meses.

Em resposta à pergunta sobre se desejam migrar para as “cidades”, a maioria expressa o desejo de permanecer na Reserva. O sonho é terem maior acesso aos serviços de saúde e educação, razão pela qual migram. Os jovens, que vão estudar em Manaus, querem retornar para a comunidade como engenheiros florestais, professores da rede pública, técnicos em turismo e gastronomia, compartilhando o conhecimento adquirido, empreendendo e buscando levar o desenvolvimento socioeconômico para suas áreas. Estão cientes do olhar que ambientalistas de todo o mundo tem sobre as áreas em que habitam, o que os faz mais conscientes e com a autoestima elevada. Muitos jovens das famílias entrevistadas são universitários, habitando em Manaus durante a semana e no fim de semana retornando para a Reserva.

As casas são de madeira, amplas, com poucos móveis, varanda, televisão, construídas sobre estacas para evitar bichos e promover a ventilação. As atividades de sustento são variadas. Algumas comunidades têm vocação turística, outras para a pesca e a construção de barcos, em outras o artesanato é mais sofisticado, outras são produtoras de farinha para subsistência e venda, em outras a atividade de movelaria está em evolução, além das que detêm granjarias e padarias para subsistência e venda entre as comunidades.

As atividades de geração de renda se realizam basicamente entre as comunidades da Reserva e dependem das variações do clima (chuvas e secas), entre outros fenômenos naturais. Diante disso, a preservação ambiental é bem entendida entre os moradores, uma vez que a subsistência está fortemente atrelada aos recursos naturais disponíveis e a navegação pelo rio e igarapés. Os moradores são pescadores, coletores, agricultores, manejadores, ou seja, atividades tradicionais, dependentes do clima e da preservação da floresta, e exercidas em distintas épocas do ano, dependendo dos recursos naturais disponíveis em maior abundância.

A extração da madeira no plano é realizada na época das cheias, por serem locais acessíveis em sua maioria por barco e pelos igarapés. A pesca de determinadas espécies no Rio Negro é praticada mais intensamente no período da seca, enquanto nas cheias pescam-se outras espécies, como o tucunaré. Também a agricultura tem suas fases de plantio e colheita determinadas pelas chuvas. Apenas o comércio e a prestação de serviços turísticos podem acontecer ao longo de todo o ano, impulsionadas pelos eventos religiosos entre comunidades, festas e feriados, a chegada de grupos de fora, como as escolas do Rio de Janeiro (Escola Parque), pesquisadores internacionais e nacionais, convidados de eventos e o turismo na região. Além destas atividades, estão os moradores professores da rede pública, os fornecedores de serviços de traslado, os donos dos mercadinhos, as revendedoras de produtos cosméticos, os produtores de palitos para churrasquinho, entre outras atividades de subsistência.

Os homens e as mulheres que estão envolvidos nas atividades legais de extração de madeira de pequena escala têm idade que pode variar de 20 a 60 anos. Apesar de ainda em menor número, é crescente a liderança exercida pelas mulheres enquanto representantes do plano junto à comunidade ou presidentes das associações comunitárias locais. Segundo os relatos: “as mulheres são mais organizadas”.

As funções são variadas no plano, incluindo cinco atividades principais relatadas: os que cortam as árvores, com destaque para os mais velhos com maior experiência; os carregadores das pranchas, que são jovens e adultos, algumas vezes contratados para o serviço; os que efetuam a cubagem, ou seja, a medição das peças extraídas e o romaneio (listagem das madeiras serradas), função preenchida, em alguns casos, por mulheres; os que cozinham, quando passam mais de dois dias na mata sem retornar à residência; e os que beneficiam a madeira, serrando-a na mata.

Depoimentos apontam para a existência de ribeirinhos que não se interessaram em ingressar nas atividades de extração legal da madeira, alegando dificuldade de se adaptarem às mudanças. Entre os mais jovens, alguns têm falta de interesse em realizar trabalho que consideram “duro”. Segundo alguns entrevistados, antigos madeireiros que participaram de planos em suas comunidades, mas não se adaptaram às novas práticas, migraram para Manaus. Contudo, muitos demonstram conscientização sobre as vantagens da adesão aos novos procedimentos, principalmente nos quesitos de segurança e eficiência no trabalho.

O morador ribeirinho da RDS Rio Negro denomina “plano de manejo”, ou “plano”, certa área da floresta que foi demarcada por eles em conjunto com os técnicos do IDAM e da FAS, com supervisão posterior do IPAAM, para a extração de madeira legal. Observa-se que em 8 das comunidades visitadas os “planos” situam-se afastados do local em que residem, chegando a distâncias em torno de 4 a 5 km, com acesso por barco ou balsa até o ramal (caminho) e depois a pé pela mata, até a área autorizada para a atividade de extração legal.

O detentor do plano pode ser pessoa física, morador escolhido pelos demais, ou o representante da associação de moradores da comunidade local. A decisão sobre quem será o detentor ou o representante do plano e/ou presidente da associação é dos moradores em assembleia no Centro Social da comunidade. A cada início do período de manejo e após a liberação da licença de operação pelo IPAAM, os moradores se reúnem no Centro Social. Esta é a ocasião para se apresentarem os representantes das famílias do grupo de manejadores que irão

para a mata. É recomendado que o manejador seja um dos envolvidos diretamente com o plano, evitando os casos de licenças obtidas sem que a madeira seja extraída, dado o desinteresse do detentor do plano. Ver Quadro VII.

QUADRO VII – A Perspectiva do Ribeirinho

Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo – RDS Rio Negro

O detentor do plano de manejo na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo é o sr. Carlos (pai). Seu filho, também chamado Carlos, é o responsável pelo plano atualmente. Além deles, estava presente na entrevista o sr. Nei, sobrinho de Carlos, que utiliza a madeira para fazer artesanato para turistas, além de receber encomendas de portas talhadas e móveis para as comunidades mais próximas, principalmente hotéis e pousadas da região.

Nei sempre trabalhou com a madeira reaproveitada, colhendo aquelas que já estão no chão, por ser mais fácil de trabalhar e mais lucrativo, já que não precisa pagar pela madeira. Diz que conhece alguns colegas que trabalham com a madeira ilegal e que alguns não quiseram participar do Projeto. Junto com sua mulher, também artesã, sustentam toda a família e, no momento, estão construindo uma casa na comunidade.

Segundo Nei, todos os terrenos dentro da RDS são pertencentes à associação de moradores e estes só podem levantar uma construção no local, como ele estava fazendo, com autorização da associação. Mesmo assim, os habitantes da casa não têm propriedade sobre o terreno, nem documentos do mesmo, porque tudo está no nome da associação.

Nei cita que, após o início do plano, como a população na região aumentou, os animais se afastaram um pouco. Mas do ponto de vista da infraestrutura e do trabalho, ele considera o impacto do Projeto como positivo, citando especialmente o fim dos gastos com energia e água, elementos que reduziam consideravelmente o lucro das vendas. Agora, a diminuição do preço final do produto facilitou as vendas e, por consequência, os lucros. Outro fator importante para ele foi a compra de maquinário mais atual, que confere ao processo maior precisão.

Como forma de subsistência, muitos dos moradores têm pequenos plantios e roças, e vendem pequenas quantidades dentro da própria comunidade, como forma de complementar a renda.

O próprio Nei entrou no plano de manejo, mas chegou à conclusão de que o esforço era excessivo e que os lucros não compensavam. Diz que os compradores não dão mais valor à madeira de manejo sustentável e que a maioria apenas quer pagar o menor preço possível, sem compromisso com o Projeto. Isso encarece o preço do produto final e, portanto, a madeira legal encontra mais dificuldade para ser vendida.

O artesão cita um caso que aconteceu com ele. Devido à alta burocracia para retirar a licença da madeira legal junto aos órgãos governamentais, ele perdeu uma venda de madeira para Manaus. Sem a licença, os manejadores ficam vulneráveis às multas aplicadas pelo IBAMA e acabam perdendo barcos e outras propriedades para pagá-las. Por isso, Nei considera o trabalho ilegal com a madeira mais perigoso economicamente, porém as multas não afastam a ação dos ilegais por ser essa a principal fonte de sustento na região, disse ele.

Fonte : Entrevista para Silvia Pinheiro, outubro 2015, RDS Rio Negro

Na maioria dos planos, a extração da madeira é realizada após acertado o volume e a especificação com o comprador. A madeira pode ser serrada em pranchas ou beneficiada na mata pelos manejadores, evitando o carregamento das pranchas sem beneficiamento, que são mais pesadas, e o desperdício, além da proibição legal. Em outras comunidades, por razões de proximidade do vencimento do prazo para a retirada das árvores, a venda foi contratada após o manejo, levando a desvalorização no preço do produto dada a inviabilidade do estoque.

A venda é realizada pela liderança, que exerce o papel comercial no grupo, normalmente o detentor do plano. O dinheiro arrecadado é repartido entre os manejadores. Segundo depoimentos, os manejadores que exercem as funções comercial e administrativa e os detentores dos planos não recebem remuneração adicional. Foram apontadas pela maioria as dificuldades para a venda da madeira, ainda que estudos de mercado retratem o aumento da demanda por madeira legal no Estado do Amazonas e no Brasil.

O comprador está, da mesma forma, sujeito a regularização para adquirir madeira legal de plano de manejo, sendo esta uma das dificuldades apontadas. Ele deve adquirir o certificado digital, licenciar o pátio para recebimento da madeira e estar inserido no sistema DOF. Segundo Emily, técnico do IDAM, os custos para o processo de formalização afasta alguns compradores, que veem sua receita cair por conta dos gastos iniciais com a regularização, preferindo adquirir a madeira ilegal. Da mesma forma, o IDAM vem orientando o comprador na obtenção do licenciamento do pátio, da serraria ou da movelaria, mas não controla a venda ao cliente.

Segundo Emily, engenheiro florestal do IDAM, em Novo Airão existem 6 empreendimentos licenciados (serrarias), não havendo, segundo ele, problema com demanda, mas com a oferta, que ainda é pequena, e os preços deprimidos, que não remuneram os custos do manejador, uma vez que os compradores estariam mais organizados e podem combinar preços. Acrescenta Emily, que além das seis serrarias licenciadas existem três novos processos em andamento para licenciamento de movelarias interessadas em ampliar seus negócios, agora para a construção civil, devendo absorver a madeira dos planos de manejo das comunidades vizinhas.

Unir quantidade, qualidade e rapidez na entrega da madeira do plano, atendendo a demanda dos municípios vizinhos, depende de agilidade dos organismos governamentais na aprovação das licenças de operação e da adaptação dos ribeirinhos às novas práticas. A demora na aprovação ou prorrogação das LOs (Licenças de Operação) prejudica substancialmente a comercialização da madeira do plano, prejudicando o manejador na concorrência com o madeireiro ilegal. Incentivar vendas de madeira dos planos para outros municípios fora do perímetro da Reserva, como Manaus e outras cidades do país, depende da agilidade dos órgãos governamentais e do aprimoramento dos detentores em processos de gestão e organização das atividades no plano.

A demanda nos municípios de Novo Airão, Manacapuru e Iranduba é predominantemente por produtos para a construção civil, caibros, pernambucas e vigas com valor agregado maior e preços mais vantajosos. O mercado de móveis, ainda incipiente, é visto como demanda potencial de pranchas, ou seja, um produto de menor beneficiamento e valor agregado.

Existe alguma controvérsia sobre a relação entre o número de manejadores que vai ao plano e o ganho de cada um. Em algumas comunidades o número excessivo de pessoas envolvidas no plano foi criticado pelos detentores, uma vez que o resultado da venda é repartido entre todos. Foi destacado que uma parte dos que apresentaram baixa produtividade ganharam valor idêntico a outros que se dedicaram mais.

Por outro lado, foram identificadas comunidades em que o detentor anterior demonstrou desinteresse pelo manejo florestal, sendo necessária a mobilização das lideranças para se alcançar um maior número de manejadores. Em alguns casos, observou-se a contratação de mão de obra para realizar o plano de manejo, reduzindo a margem do detentor e dos demais manejadores. Segundo a maioria dos entrevistados, o número ideal de manejadores por plano varia de 4 a 8, existindo casos de 20 manejadores, o que é considerado inviável para um só plano.

A maioria enxerga o manejo da madeira em pequena escala como meio suplementar de subsistência, mas existem aqueles que veem perspectivas de elevação de renda. Observou-se, entre os entrevistados, os que enxergam o fornecimento de madeira de manejo para a construção civil como uma atividade promissora, que permitirá acréscimo de renda e de oportunidades, apesar das dificuldades atuais. Mesmo cientes dos obstáculos burocráticos trazidos pela legalidade, a maioria dos entrevistados compreende que a redução do desmatamento é necessária e a preservação da floresta é fundamental para a sua sobrevivência. Críticas foram feitas ao papel do poder público, que está pouco presente, e à falta de informação sobre limites e restrições legais, deixando o manejador com a opção entre a ilegalidade e o desconhecimento, principalmente, quando da implantação da nova política, a partir de 2008.

Os colaboradores do Projeto Manejar para Conservar, Instituto Camargo Correa, BNDES, FAS e IDAM, na pessoa de Emily - bastante elogiado pelos moradores da Reserva -, são vistos como parceiros e incentivadores do desenvolvimento das comunidades do Rio Negro, ao contribuírem com capital de giro, busca de financiamento e fornecimento dos uniformes, trator e balsa, além dos recursos humanos para assessoria na liberação das licenças de operação e capacitação do comunitário.

Os planos de manejo de pequena escala estão promovendo uma quebra de paradigma para os manejadores que exerciam essa atividade há mais de 30 anos no entorno de suas moradias. A começar pela realização de inventário florestal junto a engenheiro florestal, uso do Equipamento de Proteção Individual - EPI, cubagem da madeira e elaboração do romaneio, protocolo do processo do manejo junto ao IPAAM para a obtenção da licença de operação, emissão da Nota Fiscal de venda e do Documento de Origem Florestal - DOF pela internet, são muitos os desafios para o ribeirinho acostumado a tirar seu sustento da floresta sem qualquer restrição.

Foi notado que a melhor superação dos obstáculos para obtenção da licença de operação, adequação às práticas de corte na mata e busca de compradores está ligada a existência de liderança local com espírito empreendedor e ao envolvimento das mulheres, mães, exercendo influência sobre os filhos e maridos para aderirem ao plano da comunidade. Três dos nove detentores entrevistados, que detém o perfil acima, não enxergaram dificuldades no encaminhamento do processo de aprovação da licença para operação do plano de manejo e de venda do produto, reclamando apenas da demora na liberação da licença pelo IPAAM. Dos que alegam dificuldade, existem os que entendem serem as regras distantes da realidade dos ribeirinhos, elaboradas por técnicos que desconhecem as especificidades das comunidades na reserva, e os que entendem serem as dificuldades decorrentes de desconhecimento inicial do manejador, mas que serão superadas.

É uma unanimidade entre os manejadores o calor provocado pelos capacetes, com o “embaçamento” dos óculos pelo suor, o peso das calças de microfibras (4 kg) e as longas distâncias percorridas até o ramal para alcançarem a área delimitada para o manejo. No entanto, com todas as dificuldades, a maioria entrevistada reconhece as vantagens dos novos equipamentos e técnicas para salvaguardar sua integridade física, bem como para o aumento da eficiência e produtividade no manejo, visando atender a demanda de madeira de espécies variadas.

Foi relatado que a derrubada indiscriminada pelo manejador clandestino pode levar o “ilegal” a longas caminhadas sem a certeza de obtenção da quantidade e da qualidade da madeira encomendada pelo “patrão”, serrando em círculos e na beira do rio a “madeira mais fina que não deu semente ainda”. Assim, contribui para a extinção de madeiras como a itaúba, por não haver incentivo à exploração de outras espécies. Além disso, multas e apreensões da madeira, barco e maquinários levam a embarques da madeira ilegal pelo rio à noite, como meio de fugir da fiscalização, com sérios riscos de acidentes. Existem casos de ribeirinhos, que no início da vigência das novas regras, foram multados em somas elevadas de até 100 mil reais, quando flagrados com toras em suas embarcações ou serrando em áreas proibidas.

Segundo o testemunho daqueles nascidos na Reserva, muitos trabalhavam sob as determinações do “patrão”. Em alguns casos, sequer tinham motosserra própria, usando uma emprestada. Os manejadores falam sobre as semanas passadas na mata, caçando para comer, dormindo sentados sob fortes chuvas, e os alertas aos ataques dos animais noturnos. Por outro lado, relatam que tinham sempre um “dinheiro no bolso” e que as restrições impostas tornaram a atividade em madeira menos interessante, devido a queda na renda, a revolta e a decepção.

O agricultor florestal na reserva é multifuncional. Segundo os depoimentos, por volta das sete da manhã, ele acorda e vai à pesca. Retorna do rio, caminha até o roçado e serra a madeira para suas casas ou a pedido de vizinhos ou familiares, visando a construção de casa, cômodo, barco ou móveis encomendados por moradores das comunidades vizinhas. A adaptação ao ritmo e disciplina de trabalho, com regras e práticas diferenciadas das experimentadas no dia a dia do ribeirinho, pode ser um desafio para o morador da Reserva que participa das atividades de manejo florestal. O caboclo estabelece seus horários de trabalho e de descanso com autonomia e liberdade, dependendo dos recursos disponíveis e de suas necessidades no momento. Também os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, contribuem para a manutenção das atividades ao nível da subsistência. Políticas públicas voltadas ao incentivo do microcrédito não foram detectadas na região, existindo forte demanda reprimida para tal.

É importante destacar que, entre os moradores, identificaram-se muitos originários dos Estados do Nordeste, como o Maranhão e o Ceará, imigrantes da seca e das rudes condições nestas áreas. Como relatado nas entrevistas, chegaram ao Norte levados pelos governos ou empresas, para abertura de estradas, perfuração de poços de petróleo, dutos para condução de gás na floresta, e por lá ficaram, sem condições mínimas de retorno. Na floresta, exploraram a borracha, conheceram suas mulheres, constituíram família, estando em permanente luta pela posse da terra, hoje localizada nas Unidades de Conservação.

São pessoas com distintas histórias de vida, até aqueles com parentesco próximo aos índios, como seus avôs ou avós, com quem aprenderam sobre a floresta e seus mistérios. A relação com seus antepassados indígenas é de respeito, notando-se certo ressentimento pelo status de proteção que julgam superior em relação ao despendido a eles pela lei e pelas ONGs. O morador ribeirinho pode ser um remanescente dos sertões e, nas palavras de Euclides da Cunha, “um forte”. Tem força e capacidade ilimitada para o trabalho, que, somadas à inteligência sem igual e à sabedoria dos antepassados indígenas, revela-se como empreendedor com o DNA da sustentabilidade e a nobre tarefa de preservar a floresta para as atuais e futuras gerações.

A complexidade da cadeia produtiva da madeira e as novas exigências para o manejo exigem investimentos em recursos humanos e tecnologia. Duas vezes ao ano, os moradores das 19 comunidades da Reserva do Rio Negro são convocados pela Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro – ACS para realizarem cursos de capacitação, além de workshops orientadores, sobre temas variados. Além disso, são realizados debates sobre as novas técnicas, aprovações de novos planos, sugestões de aprimoramento e alterações de rubricas de orçamentos de projetos.

Os detentores e manejadores entrevistados que participaram dos cursos e reuniões relatam sua importância, e o aumento no interesse dos comunitários em integrarem os encontros é exponencial. Muitos afirmaram que, no início das capacitações, eram poucos os que se interessavam, mas, gradativamente, o interesse tem sido maior. Das reuniões e debates entre eles e os presidentes das associações das comunidades e da Reserva ACS Rio Negro, surgem ideias para o aprimoramento dos manejos de pequena escala, visando a inserção da madeira de manejo em cadeias de valor, especialmente no setor da construção civil.

Transcrevemos, a seguir, as recomendações destacadas nas conversas com os entrevistados para o fortalecimento das parcerias com as organizações governamentais e não governamentais e sugestões de aprimoramento da prática e da gestão dos planos pelos comunitários, detentores e manejadores:

- ✓ Fomento às parcerias de longo prazo com empresas e seus institutos, bancos de desenvolvimento, ONGs e agentes públicos, para disseminar educação e conhecimento, visando a autonomia do manejador florestal;
- ✓ Fomento a pesquisas acadêmicas sobre as atividades de manejo, desenvolvidas nas reservas, com foco em comunicar às sociedades brasileira e mundial sobre atores e parcerias, evitando retrocessos nas políticas de preservação;
- ✓ A expansão da madeira do plano de manejo requer os seguintes processos e recursos:
 - Depósito único licenciado para armazenamento da madeira e móveis produzidos na RDS Rio Negro;
 - Incentivo a visitas guiadas de turismo aos planos de manejo;
 - Formação de equipe comercial capacitada entre os moradores e centralizada na venda da madeira e móveis do plano de manejo e visitas turísticas às áreas;
 - Existência de dois planos de manejo de pequena escala por comunidade, um em execução e outro em processo de aprovação para que a atividade de manejo seja desenvolvida durante todo o ano;
 - Seleção de número menor de manejadores e detentores envolvidos diretamente com o manejo;
 - Incentivo à comercialização de móveis intracomunidades com o licenciamento de maior número de marcenarias, movelarias e pátios, na área da RDS Rio Negro;
- ✓ Processos mais ágeis para liberação das licenças de operação e licenciamento de pátios para estoque de madeira;
- ✓ Incentivo ao aprimoramento de recursos humanos e financeiros, especialmente das agências de extensão rural como o IDAM;
- ✓ Fomento a linhas de crédito adaptadas ao negócio do manejo em pequena escala;
- ✓ Existência de 1 trator, 1 balsa e 1 serraria portátil por Polo na RDS do Rio Negro, havendo três polos na região;
- ✓ Gestão organizada para o agendamento do uso do trator e da balsa entre as 9 comunidades;
- ✓ Introdução da tecnologia no plano;
- ✓ Curso de capacitação para tratoristas;
- ✓ Curso de capacitação para o uso da serraria portátil;

A existência de pátio único, na visão de alguns, reforçaria o poder de barganha dos comunitários, sem desperdício de tempo e dinheiro na busca de compradores. Além disso, ao serem reunidos os estoques, aumentam as chances de atenderem aos pedidos dos grandes compradores que, atualmente, não se mostram interessados na madeira dos manejadores por necessitarem de escala mínima por pedido. No entanto, a organização de depósito comum, como sugerido por detentores, é uma solução que pressupõe reunir regularmente as diversas comunidades com plano de manejo, visando a definição dos preços de venda e forma de repartição dos recursos.

Em uma comunidade, podem existir dois ou mais planos, assim como mais de um grupo formado para a exploração dos planos. Segundo o gestor da FAS, cuja entrevista é apresentada a seguir, para a viabilidade exemplar dos planos de manejo de pequena escala devem existir 2 planos de manejo nas comunidades. O processo para a obtenção da licença de operação, com a elaboração do inventário, do plano operacional de exploração e protocolo do requerimento, é de 6 meses. A existência de 2 planos garante que finda a exploração de um, com a licença já aprovada o outro estaria apto para iniciar suas atividades. Foi ressaltada a necessidade de ação junto a autoridades do governo, visando maior aprimoramento dos serviços de obtenção de licenças para o manejador e o comprador, mais pessoal encarregado da realização e aprovação dos inventários florestais, provendo o IDAM de mais recursos humanos e tecnológicos.

Quanto ao incentivo ao comércio intracomunitário desde 2008, através da resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas- Cemaam nº 003, as populações tradicionais e pequenos produtores rurais no Estado do Amazonas podem utilizar a madeira para fins de auto-abastecimento, sem a necessidade de licenciamento ambiental. Esta norma foi considerada um avanço, desburocratizando o uso da madeira pelas pequenas propriedades. Este foi um passo importante para o aumento no fluxo de venda de móveis de marcenarias locais, assim como a madeira dos planos entre as comunidades das Reserva.

Foram variados os relatos sobre a inadaptação das linhas de financiamento às demandas e características dos potenciais beneficiários para a aquisição de máquinas, uniformes, geradores e transformadores. Também foi bastante aplaudida a presença do BRADESCO EXPRESS na comunidade do Tumbira, devendo, no entanto, ser estruturada uma variedade de linhas de crédito, que atendam os interesses dos empreendedores ribeirinhos em seus negócios, além das atualmente disponibilizadas à fundo perdido.

7.1 A opinião do gestor do projeto e do engenheiro florestal

Marilson Rodrigo da Silva é engenheiro florestal, de 35 anos. Tendo perdido seus pais, ingressou interno na escola agrícola da onde saiu para a Universidade Federal do Amazonas. Além disso, é um apaixonado pela Reserva e seus moradores, sendo um incansável guerreiro em favor da qualidade de vida e da preservação da natureza. Sabe aliar seu grande conhecimento técnico sobre todas as comunidades visitadas com a postura de um amigo, alguém confiável. É recebido como gente da família por cada entrevistado. O entendimento sobre os recursos, realidade e lideranças locais, limites e vocação de cada área, gera enorme respeito dos moradores, o que contribui para o impacto positivo e o desejo de continuidade do projeto do manejo de pequena escala pela maioria dos moradores.

Após inúmeras tentativas de encontro, uma vez que Marilson se desloca vários dias pelo campo, com acesso intermitente pela internet e telefone, no dia 8/10 conseguimos a primeira entrevista com o gestor da FAS. Ela aconteceu no caminho de duas horas de ida para o Tumbira, comunidade da RDS do Rio Negro, escolhida como base para a equipe de pesquisadores para a semana de pesquisas que se iniciava.

Nesta primeira entrevista, buscou-se obter detalhes sobre a implantação dos planos de manejo de pequena escala na RDS do Rio Negro, enquanto forma de viabilização das atividades de extração de madeira legal em Unidades de Conservação. A segunda entrevista foi realizada no dia 10/10, pela manhã, nas dependências do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade da FAS, quando Marilson apresentou detalhes do projeto Manejar para Conservar, realizado em conjunto com o Instituto Camargo Correa e o BNDES.

Desde 2012, a FAS vem contribuindo para a agilização dos processos de licenciamento junto ao Estado, bem como a capacitação dos ribeirinhos e o fomento à venda da madeira beneficiada. Com a criação da RDS Rio Negro, em dezembro de 2008, houve uma parceria entre o IDAM e a Fundação Amazônia Sustentável para elaborar planos de manejo, atendendo à demanda das comunidades, por meio do programa Bolsa Floresta, na modalidade Renda. Na parceria, a FAS atua como a fomentadora do projeto e o IDAM prestando a assistência técnica⁷⁵

Aposta Marilson que, em cinco anos ou menos, os ribeirinhos das Unidades de Conservação serão exemplos de profissionais especialistas em planos de manejo, estando prontos para serem multiplicadores de seus conhecimentos sobre o manejo de pequena escala entre as comunidades do Amazonas. Já estão sendo observados, por ele, entre os jovens das comunidades, aqueles que detém o talento para liderança na gerência dos planos. A ideia é incentivá-los a aprofundarem seus conhecimentos para tornarem-se profissionais em planos de pequena escala, multiplicadores das práticas e de conhecimentos, sendo este o objetivo maior da FAS no processo.

Foram algumas “lutas” para a viabilização dos PMFSPEs, restando outras que integram as metas futuras do projeto Manejar para Conservar, como será observado a seguir. A primeira “luta”, como gosta de chamar Marilson, foi o fim da exigência de publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas da Licença de Operação (L.O.). Ou seja, após atravessar as etapas de aprovação do plano de manejo, seu detentor ainda deveria providenciar a publicação da licença no Diário Oficial. A exigência de publicidade da licença foi considerada desnecessária, uma vez que os interessados, moradores da Reserva, participam da aprovação e organização dos planos, estando cientes e representados pela ACS Rio Negro, chamada de “associação mãe”.

Além do prazo de vigência da L.O. de um ano, hoje prorrogado para 2 anos, outro obstáculo era a impossibilidade de beneficiar a madeira do plano, sendo permitida apenas a venda em pranchas. Logo que os primeiros planos de manejo de pequena escala começam a ser aprovados,

⁷⁵ Adriano Silva, Priscilla, 2014.

em 2009, foi grande a expectativa dos manejadores em relação a ganhos com a venda da madeira. No entanto, a incidência de 17% de ICMS, sobre a comercialização de madeira de planos de pequena escala, somada à vedação legal quanto a comercialização da madeira beneficiada, tornava o negócio inviável. Em 2013, caiu o ICMS pela lei 3.970 de dezembro, sendo esta também uma grande vitória.

Em 2012, rodadas de negócios foram promovidas pela FAS em Manaus, estando presentes compradores da região e vendedores das áreas de manejo, entretanto, os resultados, foram decepcionantes. As ofertas dos compradores, muitas vezes organizados, coincidiam em valores por metro cúbico que não remuneravam minimamente o trabalho, os custos despendidos na mata nem as despesas com a legalização. Os valores não passavam de 150 reais por metro cúbico de madeira. Segundo Marilson, muitos desistiram da atividade, desanimados com a baixa remuneração. O metro cúbico da madeira em prancha fica em torno de 300 a 400 reais, enquanto a venda da madeira beneficiada pode atingir o preço de 1.000 reais o metro cúbico, dependendo da madeira, segundo o depoimento do entrevistado.

O impedimento legal da venda de madeira processada deu início à “luta” pela viabilidade do manejo de pequena escala. Após uma série de encontros com as autoridades competentes, foi flexibilizada a referida exigência, sendo permitido o beneficiamento da madeira na mata e sua comercialização como pernamanca, caibro, viga e ripa, além das pranchas, estando em andamento 9 novos pedidos de inventários florestais por comunidades que haviam desistido de empreender e, portanto, novos pedidos de licenças de Operação na região da RDS do Rio Negro.

O desperdício da madeira, estimado em 30%, provocado pelo beneficiamento realizado com a motosserra, era a justificativa do governo para a proibição, mas a possibilidade de emprego de novas tecnologias como serrarias portáteis e o aproveitamento dos resíduos da madeira vem sendo experimentados. Moderna serraria portátil está sendo usada na Reserva de Uacari, município de Carauari, e uma já foi adquirida pela FAS para uso pelos manejadores da RDS do Rio Negro. Relata o gestor, em posição endossada nas entrevistas com os comunitários, que o maior interesse pelo uso da nova máquina vem de detentores de plano mais jovens, enquanto os veteranos apresentam maior resistência em abandonar o uso da motosserra.

Segundo Marilson, aproximadamente 90% dos que lidam com madeira fazem por paixão, tratando-se de atividade integrante da cultura do ribeirinho, assim como a pesca. Alterar as práticas que integram a tradição das famílias é um comportamento dos jovens, que não se adaptam ao trabalho duro de serrar na mata e são mais bem informados. Muitos contam que nunca foram com seus pais para a mata. O jovem entrevistado prefere ser um “operador de máquina” do que serrador de madeira, “tratorista”, ao invés de carregador de tora. Além de reduzir o desperdício, a tecnologia torna o trabalho mais sedutor e menos sacrificante para o homem e a mulher que participam do plano de manejo, mas requer treinamento e orientação para seu uso.

Como visto, a venda de móveis entre as comunidades é crescente e a madeira usada na fabricação para venda entre as comunidades não precisa ser retirada do plano de manejo nem licenciada. O comércio entre as comunidades, assim como entre as Reservas que se localizam no mesmo perímetro ou município, é crescente e de grande potencial. Segundo Marilson, nos últimos anos percebeu-se a reversão no consumo de móveis de madeira de fibra de média intensidade (MDF, sigla em inglês) nas comunidades localizadas em Reservas. Incentivadas pelo crescimento das marcenarias locais, as vendas de móveis de madeira retomam seu espaço no mercado local.

Apesar de não constituir o foco das entrevistas com o gestor Marilson Silva e com os comunitários, a questão fundiária é sempre tangenciada pelos moradores. Como previsto na legislação, os ribeirinhos detêm a concessão de uso da terra, que é transmitida pela ACS Rio Negro por contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU. Conhecem e entendem o significado do documento, no entanto, sentem-se ameaçados com a presença de invasores que “entram pela estrada”, com criação de gado. Observou-se que, para alguns, os Planos de Manejo de Pequena Escala protegem suas terras, uma vez que a fiscalização e a realização de inventários, entre outras atividades de manejo, gera a presença dos comunitários e dos engenheiros do governo nas áreas do plano de manejo, às vezes distantes de suas moradias.

Em Unidades de Conservação, as propriedades com títulos de CDRU podem englobar até 4 módulos fiscais. Ou seja, sendo um módulo fiscal de 100 hectares, a área correspondente ao domínio do imóvel pode chegar até 400 hectares. Nas áreas de Reserva, os Planos de Manejo Florestais de Pequena Escala, segundo a Lei, não podem superar 500 hectares, sendo os planos aprovados apenas mediante a apresentação do CDRU daquele que tem o domínio do imóvel. Os proprietários, que não estão ainda regularizados, podem registrar planos de manejo de até 400 hectares, desde que detendo posse mansa da área e juntando o protocolo do pedido de regularização fundiária no processo. Eles dispõem de prazo de cinco anos para a regularização e obtenção do documento final. Na Tabela 02, verifica-se o volume de madeira licenciada em 15 comunidades da RDS do Rio Negro.

Tabela 02: Planos de Manejo Licenciados na RDS Rio Negro

ORDEM	COMUNIDADE	PF/PJ	VOL.AUTORIZADO(M3)	VOL.VENDIDO (M3)
1	TIRIRICA	PJ	311.30	297.26
2	SANTO ANTONIO	PJ	231.94	212.68
3	MARAJÁ	PF	326.08	71
4	N.ESPERANÇA	PF	303.82	206.57
5	TERRA PRETA1	PF	356.95	92.66*
6	TERRA PRETA2	PF	337.06	0
7	CAMARÁ1	PF	400.15	0
8	CAMARÁ2	PF	309.65	0
9	CARÃO	PF	225.48	186.43
10	ST HELENA	PF	403.37	0
11	SARACÁ	PF	283.78	0
12	15 DE SETEMBRO	PF	349.91	0
13	N.S.DE FATIMA	PJ	459.75	0
14	S.F.DO BUJARU	PF	276.48	0
15	N.S.PERP.SOCORRO	PF	340.46	0
TOTAL			4916.18	1066.6

*Foi explorada mas não houve comercialização.

Fonte: IDAM

As áreas do plano de manejo se constituem em retângulos com 25 fatias e com 500 hectares ao todo. Cada fatia ou unidade de produção deve ser explorada ao longo de um ano, fechando o ciclo de 25 anos. Finda a exploração manejada da última fatia, retorna-se à primeira área, que estará totalmente renovada para a retirada das árvores para o corte, de acordo com as novas práticas determinadas pela Lei. Cada fatia pressupõe a elaboração de um novo inventário. A Lei coloca limites para a exploração florestal a no máximo 0.86 metros cúbicos por hectare por ano. O detentor que não retirar toda a madeira do plano no ano correspondente, deve solicitar a renovação da licença e terminar a extração. Caso não entenda ser compensador, a madeira fica para a floresta, só podendo ser retirada nos próximos 25 anos, e ele parte para a próxima unidade de produção.

As entrevistas e conversas em grupo permitem concluir que a atuação da FAS não se limita aos planos de manejo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, com a oferta de geradores de energia, acesso à água potável, apoio nas escolas, projetos de empreendedorismo (marcenaria, panificação, granja, pousada) e ações de acolhimento que são destacadas pelos moradores que se dizem "abandonados" pela esfera pública e a sociedade como um todo. Além disso, destaca-se o incentivo ao associativismo, por meio das decisões coletivas, que priorizam os interesses da comunidade e os esforços para a disseminação de informações que visam a autonomia do empreendedor. Todos tem a consciência que o objetivo da FAS é oferecer capacitação, assistência técnica e recursos financeiros e humanos na fase de transição em que se encontram, mas que no longo prazo estarão aptos à caminhar sozinhos. Ver Quadro VIII.

QUADRO VIII

Detentora do Plano da Comunidade do Saracá

“Reconheceram os ribeirinhos só depois que a FAS entrou. A minha comunidade está engatinhando, não havia nada aqui.

Não tem luz para todos, apenas um gerador que a FAS deu. O Prefeito não olha para a comunidade. Agora, somos valorizados, antes éramos esquecidos. Agora conhecemos mais gente, conversamos com mais pessoas, não nos sentimos mais abandonados.”

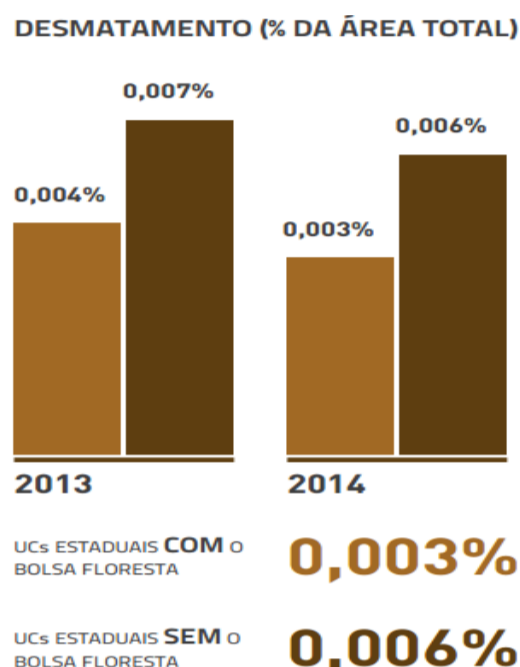
Fonte: Entrevista com a Presidente da Associação e detentora do Plano de Manejo da Comunidade do Saracá, outubro 2015.

VII. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Os dados da pesquisa indicam que a iniciativa de inclusão socioprodutiva da população da Reserva do Rio Negro, expressa no Projeto Manejar para Conservar, trouxe valor agregado às empresas, instituições acadêmicas e agentes privados, envolvidos na sua implantação. A maioria dos entrevistados identifica a FAS, o ICC e o BNDES como parceiros fundamentais, pelos benefícios tangíveis e intangíveis a eles proporcionados.

Outro resultado dos Planos e do Projeto, segundo dados divulgados pela FAS, foi a redução e a contenção do desmatamento e a preservação da floresta na RDS do Rio Negro e outras . Ver Quadro XIX

QUADRO XIX – Desmatamento nas UCs Estaduais – Amazonas, 2014



Fonte: Fundação Amazonas Sustentável, Relatório de 2014

Para os manejadores, o Projeto gerou renda complementar e cidadania para as famílias, que se veem no papel de conservação da floresta, quando até então se sentiam excluídos socialmente. Hoje, eles conseguem imaginar um cenário positivo para o futuro e muitos enxergam possibilidades concretas de inserção nas cadeias de valor de móveis, da construção civil e de serviços ambientais, preservando o ecossistema. Também visualizam a possibilidade de serem fornecedores dos governos municipal e estadual em produtos derivados da madeira.

Renda e cidadania com a inclusão nas cadeias de valor

Como resultado do Projeto Manejar para Conservar, implementado como parte integrante dos Planos de Manejo de Pequena Escala na RDS do Rio Negro, os microempreendedores entrevistados demonstram o interesse de obter renda com a venda de madeira legalizada para as indústrias de móveis e da construção civil localizadas no Estado do Amazonas e outros Estados. Para tanto, necessitam de alcançar melhoria de produtividade e escala nos produtos derivados da madeira de baixo valor agregado, para serem competitivos e atenderem à demanda dos compradores. Outra alternativa é o mercado de produtos de maior valor agregado, o que exigirá maior qualificação dos manejadores e maior investimento em equipamentos, técnicas produtivas e logística. Para ambas as estratégias de negócios, os investimentos terão de vir de parcerias com os governos, as empresas e as organizações não governamentais, que são plenamente compensados pelos serviços ambientais prestados pelos manejadores.

Também é fator crítico o apoio dos órgãos governamentais que implementam as políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, sendo que a maior demanda dos manejadores é o aumento dos recursos humanos qualificados nos órgãos de apoio do governo do Estado, para desburocratizar os serviços públicos e agilizar a entrega de documentos e licenças, a elaboração de planos de gestão, a aprovação dos planos de manejo e outros serviços de que necessitam, como a regularização fundiária, que avançou muito nestes últimos anos.

Apesar das melhorias percebidas com os programas de capacitação, geração de renda e regularização de suas propriedades, suas demandas por melhores serviços de educação e saúde são persistentes, pois impactam diretamente na qualidade de vida desta população.

Nesse sentido, o suporte da Fundação Amazônia Sustentável tem sido de fundamental importância para ajudá-los na implantação de projetos socioprodutivos, na construção de parcerias e na obtenção de apoio financeiro público e privado, a serem direcionados para investimentos intensivos em logística, equipamentos, técnicas produtivas, tecnologias de informação (como o acesso a internet) e capacitação em gestão e comercialização.

Também é de significativa importância o apoio das empresas e fundações empresariais, como a Coca-Cola e a Fundação Coca-Cola, que, além do apoio com recursos para projetos, podem viabilizar a inserção dos microempreendedores das RDS do Estado do Amazonas nas suas cadeias produtivas, o que requer flexibilização em suas estratégias e processos de suprimentos e logística.

Serviços ambientais

A precificação do carbono é uma tendência, por se revelar como um forte instrumento voltado para o incentivo à economia verde. Precificar carbono significa internalizar externalidades pelos responsáveis por emissões de gases poluentes. Segundo o Professor Carlos Eduardo Young da UFRJ, especialista em economia do meio ambiente, externalidade não é um custo inventado, portanto, valorar a externalidade significa medir a importância dessa perda e internalizá-la aos custos dos responsáveis. As externalidades negativas seriam os “desserviços ambientais” provocados por certas atividades, enquanto os serviços ambientais são aqueles que promovem externalidades positivas ao ecossistema. Defendendo o crescimento econômico, o Professor Carlos Young, enxerga na inovação e no conhecimento o caminho de uma economia verde que necessita de incentivos de políticas públicas para sua plena implantação.⁷⁶

A implementação dos planos de manejo florestal em áreas de Unidades de Conservação provoca externalidades positivas, medidas na relação entre custos e benefícios da manutenção das populações nas áreas, como pode ser observado no estudo do WRI, (2014). Ao mesmo tempo é uma política que incentiva a economia verde por meio da prestação de serviço ambiental e produção de bens de origem do manejo, com efeitos positivos sobre a dignidade, a cidadania e a cultura das populações que habitam nas florestas. Deste modo, a existência do plano de manejo florestal sustentável de pequena escala contribui com a contenção do desmatamento, especialmente em Reserva próxima ao perímetro urbano e da capital Manaus.

O estudo do WRI (2014), realizado com base em dados das reservas indígenas brasileiras, calculou os benefícios das atividades econômicas realizadas em Reservas indígenas florestais além dos benefícios e custos de mitigação, por tonelada de carbono, decorrentes da permanência da população indígena na área. O cálculo dos benefícios por tonelada de carbono tomou em consideração o custo social de valor do carbono de 41 USD /tonelada de Co₂, indicado pelo Grupo de Trabalho Interagencial dos Estados Unidos sobre Custo Social do Carbono, para 2015. Entende-se por custo social o valor do impacto para a sociedade das emissões de gases de efeito estufa por tonelada de carbono.

O estudo considerou benefícios de quatro tipos: (1) benefícios dos serviços ambientais prestados ao ecossistema com atividades de manejo florestal de madeira, frutos, pesca e turismo; (2) benefícios com a redução de conflitos, uma vez efetuada a regularização fundiária da área; (3) geração de renda e emprego; (4) e o incremento de capacidades humanas. Pelo lado dos custos, foram os seguintes: (1) custos com a formulação e a implementação do marco normativo de políticas públicas, investimentos diretos e criação de infraestrutura local; (2) custos com a demarcação das terras, realização de inventários de espécies da fauna e flora, titulação e criação de planos de gestão dos recursos; (3) custos de controle e fiscalização das áreas e (4) custos de oportunidade, ou seja, rentabilidade com uso da terra para outras finalidades.

As conclusões indicaram que, no Brasil, o custo médio da permanência das populações nas reservas florestais é de 1.57 USD por hectare, enquanto o valor dos benefícios de mitigação de emissões de carbono, resultante da presença das populações nas reservas, situou-se em entre 230 e 88 USD por hectare, no ano. Efetuando o mesmo cálculo por tonelada de Co₂, ao longo de 20 anos de investimentos na permanência das populações em reservas florestais, tem-se um custo de 0.39 e 0.52 USD por tonelada de Co₂. Comparando-se este custo com o valor atual da tonelada de Co₂, medido em 6 USD (valor subestimado), observa-se um ganho líquido em torno de 5 USD por tonelada de Co₂, por desmatamento evitado nas reservas.

⁷⁶ SAFLATE, Amalia; CABRAL, Magali. “Os responsáveis pelo pato”. Revista Pag 22, Setembro de 2014. Em http://www.pagina22.com.br/wp-content/uploads/2009/07/P22_Edicao_882.pdf

O fortalecimento do mercado de carbono no Brasil está na pauta das negociações entre o Brasil e a União Europeia, e foi retomado na CoP 21 em Paris, ocorrida em dezembro de 2015. Os planos de manejo de pequena escala são um forte instrumento de incentivo à permanência do homem nas Reservas, exercendo atividades de manejo sustentável, contribuindo para as metas de REDD + (redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal + conservação, manejo sustentável florestal e aumento de estoques de carbono). As certificações por toneladas de Co2 por desmatamento evitado podem ser fonte de renda importante para a manutenção das Reservas, fortalecendo as atuais políticas públicas que protegem as populações e riquezas naturais nas UCs.

Licitações para obras públicas

As vendas de madeira serrada da Reserva do Rio Negro para Manaus, em sua maioria, são realizadas para lojas/depósitos, que adquirem de serrarias de municípios vizinhos como Manacapuru e Novo Airão. Estes seriam em torno de 50 estabelecimentos situados na capital que se abastecem também no mercado clandestino. Desta forma, funcionam de forma intermitente, ou seja, abrem e fecham em menos de um ano por problemas com a fiscalização. (Floresta Viva, junho de 2006, o setor madeireiro/moveleiro de Manaus).

A maioria dos entrevistados na presente pesquisa demonstrou ceticismo sobre vendas de madeira serrada para os depósitos de Manaus, sem uma intersecção da FAS ou ADS, dada a concorrência com a madeira clandestina do Estado e de outros estados vizinhos. A maior parte das vendas de madeira do Plano foram feitas em pranchas para serrarias em Novo Airão, município que integra a própria Reserva. Perguntados sobre a viabilidade de vendas para Manaus relativamente a outros Estados do país, demonstraram maior otimismo, com relação aos últimos, uma vez que são mais exigentes com relação a origem do produtos. No entanto, pode-se afirmar que o consumidor potencial, por enquanto, encontra-se no perímetro da Reserva.

A compras de madeira dos Planos pelo governo e empresas contratadas em obras públicas, na fase atual de implantação da política de manejo florestal de pequena escala é um incentivo à inclusão do microempreendedor da floresta na economia da região e do Estado. Os projetos de incentivo ao manejo florestal de pequena escala podem ser apoiados via Termos de Ajustes de Conduta aplicados às empresas por decorrência de passivos ambientais de obras, existindo, no entanto, outros caminhos no campo das licitações e compras do governo.

A Lei 8.666/1993 que regula licitações públicas abre algumas possibilidades para utilização da madeira de manejo na construção civil em obras públicas: margens de preferência à empresas nacionais; inclusão nos editais de medidas de compensação e critérios de desempate direcionados à compra de madeira dos Planos.

O Art.3, parágrafo 3 da lei 8.666/1993 permite a adoção de margens de preferência em licitações para obras públicas à empresas prestadoras de serviços e produtoras nacionais atendidas as condições alinhadas em seus incisos e Decreto 7546/2011. Segundo a previsão legal a preferencia pode resultar em preços até 25% superiores aos dos serviços, produtos ou grupo de serviços e produtos, ofertados pelos concorrentes estrangeiros. Pelo Decreto 7546/2011, Estados e Municípios estão autorizados a adotar as margens de preferencia da União em licitações de sua abrangência. Uma das condições para a adoção da preferencia é a empresa demonstrar que a contratação promoverá a geração de empregos. Incluir percentual de compra de madeira de manejo como uma das condições para adoção de margem de preferencia pela autoridade, em caso das obras públicas no Estado do Amazonas trás uma excelente oportunidade ao produtor florestal de pequena escala.

Os critérios de desempate em caso de igualdade de condições nas licitações, implicam, sucessivamente, segundo o Art.3º, parágrafo 2º, da lei 8.666/93, que os bens e serviços sejam:

II – produzidos no país;

III – produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

III- produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.

Sugere-se a seguinte redação para o inciso III do 2º parágrafo do Art. 3º acima reproduzido:

“III - produzidos e prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia e na promoção do desenvolvimento sustentável no país”.

No caso das obras a serem realizadas no Estado do Amazonas, o Edital pode conter a exigência específica de compra de madeira de planos de manejo de pequena escala, como condição para a adoção de margem de preferência e como critério de desempate.

Também o parágrafo 11º do mesmo Art. 3 da Lei de licitações dá liberdade à autoridade competente, mediante justificativa prévia, para exigir do contratado compensações comerciais, industriais e tecnológicas, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou a quem indicar. A Lei define as referidas compensações como práticas que fomentem e fortaleçam a produção de bens, prestação de serviços ou desenvolvimento tecnológico, por meio de coprodução, capacitações, entre outras formas a serem definidas. As compensações podem ser dirigidas a ONGs, órgãos do Estado e Municípios, podendo estar voltadas para tecnologias de aprimoramento da gestão pública e recursos humanos. Poderiam ser destinadas a imprimir maior celeridade aos processos de concessões de licenças por meio da introdução de tecnologia e recursos humanos ou criando pátios licenciados para depósitos de madeira nas reservas, capacitação entre outras iniciativas.

As margens de preferência, critérios de desempate e compensações são mecanismos que podem trabalhar em favor da inclusão socioprodutiva dos empreendedores ribeirinhos prestadores de serviço ambiental que devem ser remunerados pela atividade de preservação florestal que desenvolvem. A Lei das Licitações permite a adoção de margem de preferência às empresas brasileiras que demonstrem que a contratação promoverá geração de emprego e renda. Incluir a produção de madeira de manejo nos condicionantes para a adoção de margem de preferência e objeto de compensações nos editais das licitações estão de acordo com as regras, bem como, estariam na linha do Decreto nº 6.874/2009, que criou o Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar, em 5 de junho de 2010.

Entre as recomendações para a superação dos desafios da sustentabilidade dos empreendedores em Unidades de Conservação, indicados no primeiro relatório, “Cadeias de Valor Inclusivas, Compras Institucionais e Oportunidades para Empreendimentos Sociais”, que analisou a inserção dos extratores de açaí na cadeia de valor da Coca-Cola e da madeira pela construtora Camargo Correa, destacam-se as seguintes semelhanças às observadas na presente análise:

- Enumeração e análise das fontes de financiamento nacionais e internacionais, modelos reembolsáveis ou não, voltados especificamente para a região da Amazônia e ao pequeno extrator e prestador de serviços ambientais;
- Incentivo aos estudos de novas formas de associativismo e formalização do empreendedor da floresta;
- Mecanismos de crédito aos microempreendedores e associações comunitárias, relacionados a programas de educação financeira voltados para a população local;
- Qualificação dos empreendedores sociais e comunidades produtoras, apoiando-os em seu desenvolvimento técnico e produtivo, numa perspectiva de médio e longo prazos;
- Articulação com organizações governamentais e não governamentais para suprirem as cadeias produtivas com outros recursos tangíveis e intangíveis, como políticas, legislação e recursos técnicos, financeiros e humanos;
- Adoção de uma perspectiva de médio e longo prazos por parte das empresas e agentes envolvidos.

Relativamente à implementação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala, destacam-se as seguintes especificidades:

- Os manejadores dos planos de manejo de pequena escala são alvo de política pública com foco na preservação das florestas;
- Realizam serviço ambiental com impacto sobre a redução do desmatamento e de emissões de Co2;
- Podem ser fornecedores para a construção civil e setor moveleiro, mas ainda não integram as cadeias de valor de empresas;
- Integram-se às cadeias produtivas do setor moveleiro no perímetro da Reserva;
- O Estado pode ter papel relevante incentivando a compra de madeira do plano via licitações de obras públicas e fomentando vendas para o setor moveleiro e o setor de construção civil.

REFERÊNCIAS

- ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente. Relatório “Principais Agendas Ambientais”. Brasília, 18/11/2014 . Em http://www.abema.org.br/site/arquivos_anexo
- ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. Anuário Estatístico, Brasília, 2013. Disponível: <http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario>
- ADRIANO SILVA, Priscilla. Os desafios de implantação do manejo florestal nas comunidades da RDS do Rio Negro-AM. Dissertação de Mestrado, MPGAP/INPA, Manaus, 2014
- ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008
- ALTEMBURG, Tilman. Shaping Value Chains for Development. *The European Journal of Development Research*, 18 (4), 2006, p. 493-97.
- AMARAL NETO, M. et al. A expansão do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: oportunidades e limites. Brasília: IEB, 2007
- ARRUDA, R.; SILVA, V.; FIGOLS, F.; ANDRADE, D. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. In.: DIEGUES, A. (org.). *Biodiversidade e Comunidades no Brasil*. USP/MMA/CNPQ, São Paulo: 2000.
- BATALHA, M; BUAINAIN, A. (Coord.) Cadeia produtiva da madeira. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento . Brasília : IICA, 2007
- BNDES. Fundo Amazônia. Relatório de Atividades 2013. Publicado em Junho 2014. <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/>
- CIMC - Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Plano Nacional sobre Mudança do Clima- PNMC. Brasília. Disponível em: http://www.dialogue4s.de/_media/Brazil_National_Climate_Change_Plan.pdf. Acesso em: 12 set. 2014
- CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Indústria do Manejo Sustentável de Florestas Naturais. Curitiba, 2012. Disponível: <http://www.abimci.com.br/wp-content/uploads/2014/02/Manejosustentavelflornativas.pdf>
- CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Inovação em cadeias de valor de grandes empresas: 22 casos. Brasília, 2013. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2013/08/30/
- CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Perfil da Indústria nos Estados – 2014. Brasília, 2014
- COSTA, W. M. Arranjos comunitários, sistemas produtivos e aportes de ciência e tecnologia no uso da terra e de recursos florestais na Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2010, vol.5, n.1, pp. 41-57.
- COSTA, Francisco de A. O momento, os desafios e as possibilidades da análise econômica territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional. *Nova economia*. [online]. 2014, vol.24, n.3, pp. 613-64
- DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.V. (orgs). Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil, São Paulo: NUPAUB-USP e MMA, 2000
- EMBRAPA. Políticas e legislação. Acesso 6/10/2014. Disponível em http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/acai/arvoreFGV-CES.Financiamentos_Públicos_e_Mudança_do_Clima,São_Paulo,28/10/2011.Disponível_em_www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/pnumagvces.pdf

FISCHER, A.; ZYLBERSZTAJN, D. O fomento florestal como alternativa de suprimento de matéria-prima na indústria brasileira de celulose. REAd - Rev. eletrôn. adm., Porto Alegre, Edição 72, N° 2, maio/agosto 2012, p. 494-520

FREEMAN, Dena. Value chains for development: an ethnography of pro-poor Market interventions in Ethiopia. *Antropology for this Century*, v6, January 2013

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Relatório Anual 2013. Disponível em http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Relatorio_Anual_2013_web.pdf

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. Relatório de Atividades 2013, Manaus, v. 6, 2014. Disponível em <http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2014/04/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2013-v.10.pdf>

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. Relatório de Atividades 2014, Manaus. Em http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2015/06/relatorio2014final_redux

HOMMA, A. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos Avançados*, 2012, v.26, n.74, p.167-186

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Mapeamento de Oportunidades para Gestão Ambiental Adequada na Amazônia Legal: Fontes Reembolsáveis e não Reembolsáveis Paper de Referência, vol. 2, Nov. 2014. Disponível em http://amazonia-ibam.org.br/wp-content/uploads/2014/11/mapeamento__volume_2.pdf

IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>

ICC – INSTITUTO CAMARGO CORREA. Relatório do Acordo de Cooperação Técnica ICC/BNDES, São Paulo, 2014

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação, 2014. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas. Relatório de Atividades de 2012. <http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/RAIDAM2012.pdf>

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas. Relatório Técnico dos Cursos de Boas Práticas de Manejo do Açaí Nativo. Manaus, Amazonas, Fevereiro 2014.

IMAZON. Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010. Disponível em <http://imazon.org.br/iniciativas-de-manejo-florestal-comunitario-e-familiar-na-amazonia-brasileira-20092010/>

IMAZON. A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados, 2010. Em: <http://imazon.org.br/a-atividade-madeireira-na-amazonia-brasileira-producao-receita-e-mercados/>

IMAZON. Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal, setembro de 2014. Disponível em <http://site1378233601.provisorio.ws/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-setembro-de-2014-sad/>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Energia e meio ambiente no Brasil: oferta interna e padrão de consumo energético. Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro – vol. 5. Comunicados do IPEA, n. 77. Brasília, 2011.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: IPEA: MP, SPI, 2014.

JORNAL DO COMÉRCIO. “Boa Vista do Ramos tem madeira certificada”. Manaus, 19/02/2005.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), 3ª fase (2012-2015). Grupo Permanente de Trabalho Interministerial. Brasília: MMA, 2013.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. O que são produtos da sociobiodiversidade, 2014. Disponível em <http://www.mma.gov.br/>

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Sociobiodiversidade no Brasil, 2014. Disponível em :
http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/apresentaosociobiodiversidade2011_65.pdf

MMA – Ministério do Meio Ambiente. “Florestas do Brasil - em Resumo” . Brasília, Serviço Florestal Brasileiro, 2013

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do Agronegócio Brasil 2012/13 a 2022/23, Brasília, F junho de 2013. <http://www.agricultura.gov.br/>

MARIN, Tany. Manejo florestal comunitário em unidades de conservação na Amazônia: uma avaliação de impacto na Resex Verde para Sempre – Pará e na RDS Rio Negro – Amazonas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2014.

MAZZUOLI, V.; TEIXEIRA, G. O direito internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Rev. direito GV [online]. 2013, vol.9, n.1, pp. 199-241.

MONZONI, M. et al. Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo. São Paulo, SP: FGV RAE, 2011.

MOREIRA, Eliane. Conhecimento tradicional e a proteção. T&C Amazônia, Ano V, N.11, Junho de 2007. Apud Daniel Pinheiro Viegas, Fabiano Buriol. Resistência das comunidades através da tradição. Manaus, AM: UEA Edições, PnCSA, 2014.

OLIVEIRA, Susan E. Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2015, p. 8

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Presidência da República. – Brasília: MMA, maio de 2008. Disponível: http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/

PNUD. Barriers and Opportunities at the Base of the Pyramid. United Nations Development Programme, 18 agosto 2014. Disponível: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Poverty%20Reduction/Private%20Sector/undp>

PNUD. Social Innovation for Public Service Excellence. Singapura, Global Centre for Public Service Excellence, 2014. Disponível em <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/capacity-development/>

PNUD. Growing Inclusive Markets. Acesso em 11/10/2014. Disponível em <http://www.growinginclusivemarkets.org/about/>

PNUD. Programa de Apoio ao Agroextrativismo da Amazônia. Documento de Projeto BRA/99/025, Brasília, 1999. Disponível: www.undp.org/.

SAFLATE, Amalia; CABRAL, Magali. “Os responsáveis pelo pato”. Revista Pag 22, Setembro de 2014. Em http://www.pagina22.com.br/wp-content/uploads/2009/07/P22_Edicao_882.pdf

SCHERR, Sara ; WHITE, Andy ; KAIMOWITZ, David. A new agenda for forest conservation and poverty reduction: making forest markets work for low-income producers. Washington, D.C : Forest Trends, 2004

STEPHENSON, Sherry. Cadeias globais de valor: a nova realidade do comércio internacional. Revista Pontes, V. 11, N.2, March 2015. Em <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes>

THE RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE. Annual Narrative Report 2014. Washington, DC, USA, January 2015. Em <http://www.rightsandresources.org/wp-content/uploads/2014-Annual-Narrative-Report>

UEHARA, T. et al. Poder público e consumo de madeira: desafios e alternativas para a gestão responsável da madeira amazônica. S.Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV, 2011.

URIBE, Cláudia. A aliança entre multilaterais e PMEs: motor da competitividade na América Latina. Revista Pontes, Volume11, Number2, March 2015. Em <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes>

VIANA, Virgílio. O Programa Bolsa Floresta: contexto e estrutura, Seminário 2011, SIGAM. Disponível em http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Repositorio/222/Documentos/2011_Seminario

VIANA, Virgílio. Bolsa Floresta e Bolsa Verde: semelhanças, diferenças e desafios. Fundação Amazônia Sustentável, Junho 2013. Disponível: <http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/>

VIANA, Virgílio et al. Resultados da Fundação Amazonas Sustentável, Junho 2013. Disponível em <http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2013/06>

VITAL, M. Florestas Independentes no Brasil. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 77-130, mar. 2009

WRI –WORLD RESOURCES INSTITUTE. The Economic Costs and Benefits of Securing Community Forest Tenure: Evidence from Brazil and Guatemala. Working Paper, November 2015. Em http://www.wri.org/sites/default/files/15_WP_CLUA_Forest_Tenure.pdf

ZENID, G. J. Espécies Nativas com Potencial Madeireiro e Moveleiro. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de S.Paulo,1997.

APÊNDICE

I. ÁREA DO BINOMA DA AMAZÔNIA



Fonte: BNDES, 2013

II. LOCALIZAÇÃO DAS UCs APOIADAS PELA FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL



Fonte: Fundação Amazônia Sustentável, 2014 .



ICE – Instituto de Cidadania Empresarial

Rua Padre Manuel de Chaves, 78 – Jd. Europa

CEP 01448-050 - S. Paulo – SP

Tel / Fax: +55 11 3708-0491

E-mail: ice@ice.org.br



GVcenn - Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios

Av. 9 de Julho, 2029, 11º andar - Bela Vista

CEP 01313-902 - São Paulo - SP

Tel.: +55 11 3799-3439

E-mail: cenn@fgv.br